

Estágio na Associação SPIN para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre Povos

Isvânia Coelho Viegas

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências
Políticas e Relações Internacionais**

Área de Especialização: Relações Internacionais

Outubro, 2017

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, com a área de especialização em Relações Internacionais realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

*A todos os membros da equipa da Associação Spin para o Intercâmbio,
Formação e Cooperação entre os Povos, em especial à Sara Segurado*

Ao Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira

Aos meus amigos

Aos meus antigos Professores

E à minha família

*Por terem contribuído, directa ou indirectamente, para a realização deste
trabalho.*

Relatório de Estágio na Associação Spin para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos

Isvânia Coelho Viegas

RESUMO

Este relatório constitui o resultado do estágio de 6 meses na Associação Spin para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos. Durante o período de estágio colaborou-se num projecto intitulado “We are all Equal”, que será o tema de desenvolvimento deste relatório, o projecto é co-financiado pela União Europeia através do programa “Europa Para os Cidadãos”, e tem como objectivo o combate a práticas discriminatórias para com os imigrantes na Europa. Desta forma, este relatório trata de questões de integração de imigrantes e de discriminação para com os imigrantes nos países de acolhimento. Compreende uma análise da migração na União Europeia e em Portugal, a apresentação dos objectivos do projecto, bem como a descrição das principais actividades desenvolvidas no âmbito do mesmo.

Por outro lado, tendo em conta um dos principais propósitos da Associação Spin, a realização de programas de mobilidade internacionais para jovens, este relatório também inclui a descrição das principais tarefas executadas no período de estágio com a finalidade de divulgar as oportunidades europeias de mobilidade, bem como a caracterização da instituição de acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, Integração, Discriminação, Imigrantes, União Europeia; Portugal, Associação Spin

Internship Report at Spin Association for the Exchange, Training and Cooperation among People

Isvânia Coelho Viegas

ABSTRACT

This report is the result of a six-month internship realized at Spin Association for the Exchange, Training and Cooperation among People. During the internship period, the focus was on the participation and collaboration in the project “We are all Equal”, which will be the development theme area for this report, the project is co-financed by the European Union through “Europe for Citizens” programme, and aims to combat discrimination practices against immigrants in Europe. In this way, this report intends to expose issues of immigrant integration and discrimination against immigrants in host countries. It contains a migration analysis in both the European Union and Portugal, a description of the project objectives, as well as a description of the main activities carried out during the project.

In addition, according to the main purposes of the Spin Association, the implementation of international mobility programmes for young people, this report also includes a description of the main duties executed during the training period in order to disseminate European mobility opportunities, as well as the characterization of the host institution.

KEYWORDS: Migration, Integration, Discrimination, Immigrants, Europe Union, Portugal, Spin Association

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Migração e Apresentação do Projecto “We are all Equal”	4
I.1. Migração Internacional.....	4
I.2. Migração na Europa	5
I.3. Migração em Portugal	8
I.4. Integração de Imigrantes	11
I.4.1 Integração em Portugal.....	13
I.4.2 Discriminação em Portugal	15
I.5 Apresentação do Projecto “We are all Equal”	18
Capítulo II: Contexto do Estágio	22
II. 1. Caracterização da Instituição de Acolhimento – Associação Spin para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos.....	22
II. 1.1 Objectivos, Valores e Princípios da Associação Spin.....	24
II. 2. Programa Erasmus+	25
II. 3. Principais Actividades da Associação Spin	26
II. 3.1 Programas Europeus de Mobilidade Erasmus+	27
II. 3.2 Informação Juvenil.....	31
II. 3.3 Sessões de Informação Eurodesk	32
II. 3.4 Iniciativas Locais	33
II. 3.5 Spin Hostel – Hostel Social de Carnide	33
II. 3.6 Programa “Live it Lisbon”	34
Capítulo III: O Estágio.....	36
III. 1. Tarefas Contínuas	37
III. 1.1 Divulgação das Oportunidades Eurodesk	37

III. 1.2 Sessões Informativas Eurodesk/SVE na sede da Associação Spin	37
III. 1.3 Sessões Informativas Eurodesk, Rede Eures e IEFP	38
III. 1.4 Apoio às aulas de Língua Portuguesa para Estrangeiros	39
III. 1.5 Apoio à Gestão do Spin Hostel – Hostel Social de Carnide	40
III. 2. Tarefas Pontuais.....	40
III. 2.1 Clube de Conversação	40
III. 2.2 Participação na Feira de Voluntariado da <i>Gap Year</i> Portugal	41
III. 2.3 Evento de Angariação de Fundos para a Associação Spin durante as Festas de Lisboa 2017	41
III. 2.4 Participação num Intercâmbio Europeu.....	42
III. 3. Principais actividades desenvolvidas no âmbito do Projecto – “We are all Equal”	43
III. 3.1 Reunião de enquadramento sobre o Projecto.....	43
III. 3.2 Curso e-Learning de Sensibilização sobre Asilo e Refugiados	44
III. 3.3 Curso de Formação Anti Discriminação, na Roménia	45
III. 3.4 <i>Workshops</i> Locais Divulgação da Campanha Anti Discriminação	46
III. 3.4.1 <i>Workshop</i> durante o Programa “Live it Lisbon”	46
III. 3.5 Visita de Estudo em Itália.....	47
Capítulo IV: Conclusões e Recomendações	49
IV.1. Migração Internacional e Integração de Imigrantes	50
IV.2. Recomendações	52
Referências Bibliográficas	54

Introdução

O presente relatório de estágio constitui a componente não lectiva do Mestrado em Ciência Políticas e Relações Internacionais, com área de especialização em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. O estágio foi realizado numa Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, a Associação SPIN para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre Povos, ou na sua forma abreviada, Associação Spin. Este decorreu entre 1 de Março de 2017 e 31 de Agosto de 2017, tendo uma duração de 6 meses.

Este trabalho trata, em específico, de questões de integração e discriminação para com imigrantes a nível nacional e a nível europeu. O número de migrantes internacionais em todo mundo está em constante crescimento. Uma das razões para este crescimento, é o facto da migração, em muitas partes do mundo, constituir o único meio para escapar da pobreza e da violência. E apesar da migração representar vários benefícios, tanto para os países de destino como para os de saída, os imigrantes enfrentam enormes dificuldades na procura de um futuro melhor, configurando-se entre os membros mais vulneráveis da sociedade. Em contexto de crises económicas são os primeiros a perder o emprego, muitas vezes trabalham por salários mais baixos ou em piores condições, do que os trabalhadores nativos. Embora nem todos os migrantes enfrentem as mesmas situações, a experiência da migração pode representar para os imigrantes situações de abusos, discriminação ou violações dos direitos humanos. É essencial que haja cooperação internacional na gestão deste fenómeno global. E a nível interno de cada país, é essencial a promoção da integração dos imigrantes nos países de acolhimento, de forma a combater as situações de abusos, violação dos direitos humanos ou discriminação. É neste contexto que se enquadra o tema principal deste trabalho, a discriminação que os imigrantes enfrentam nos países de acolhimento.

A escolha do tema foi motivada pelo contexto de trabalho durante o período de estágio, e que em parceria com a orientadora da instituição de acolhimento, foi considerado tratar-se um tema de elevada pertinência, uma vez que se tem verificado um crescimento da hostilidade racista e da intolerância às minorias e imigrantes nas sociedades europeias. E é, portanto, fundamental que organismos públicos, associações

não-governamentais, entre outras entidades, procurem desenvolver iniciativas concretas para colmatar problemas resultantes do processo de integração dos imigrantes.

É neste sentido que surge o projecto internacional “We are all Equal”, no qual se colaborou durante o período de estágio, e que resultou de uma parceria entre a instituição de acolhimento do estágio e outros 5 parceiros internacionais. Tem o propósito de combater práticas de discriminação e racismo para com os imigrantes, e trabalhar na formulação de boas práticas que incentivem uma adequada integração dos imigrantes nas sociedades europeias.

O período de estágio foi verdadeiramente rico, onde se teve a oportunidade de realizar diversas tarefas, e torna-se assim um desafio realizar um relatório que englobe fielmente todas as tarefas concretas que foram desempenhadas. Este trabalho compreende, assim, as actividades que tiveram maior impacto quer a nível da realização, quer ao nível das competências adquiridas.

O presente relatório está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo constitui a contextualização do relatório, com o objectivo de demonstrar a importância do estudo das políticas de integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, onde se expõe alguns dos factores que têm contribuído para que a migração internacional tenha uma presença constante na agenda da comunidade internacional, demonstrando, assim a importância do seu estudo, no domínio das relações internacionais. É feita uma descrição das migrações internacionais, onde são debatidos os impactos, os desafios e as oportunidades que este fenómeno global representa para as sociedades modernas. De seguida, são analisados os fluxos migratórios no contexto europeu, bem como algumas linhas de acção da política de integração na União Europeia. Posteriormente é feita uma breve descrição da posição de Portugal no sistema migratório internacional, analisando as características da imigração no país. São, igualmente, analisados alguns dos aspectos da integração dos imigrantes no país, com especial atenção para a discriminação sentida pelos imigrantes de origem africana, na sociedade portuguesa. Na parte final deste capítulo, são apresentados os objectivos do projecto, “We are all Equal”, bem como todas as actividades que engloba.

O segundo capítulo é dedicado à contextualização do estágio, onde se efectua a caracterização da instituição de acolhimento e a descrição das principais actividades desenvolvida por esta. Com o intuito de contribuir para a divulgação das oportunidades europeias de mobilidade para jovens promovidas pela Associação, também se

apresentam as várias iniciativas do Programa Erasmus+, no qual a instituição desenvolve a sua actividade, indicando as suas características e os critérios mais relevantes de participação. Entre estes programas destacam-se os intercâmbios europeus, os seminários, os cursos de formação, e o Serviço Voluntário Europeu.

A parte prática deste relatório encontra-se no terceiro capítulo, onde é feita uma descrição das principais tarefas realizadas no âmbito do estágio, indicando a metodologia utilizada para a realização dessas actividades, bem como as dificuldades sentidas ao longo do período de estágio. Na parte final do capítulo III, são apresentadas as principais actividades e tarefas desempenhadas no âmbito do projecto “We are all Equal”.

No capítulo quarto apresentam-se as conclusões gerais do período de estágio, bem como as conclusões sobre migração e sobre o projecto de mobilidade que constituiu a base para este relatório. Por fim, são feitas algumas recomendações no que concerne à realização de projectos semelhantes ao aqui analisado.

Capítulo I: Migração e Apresentação do Projecto “We are all Equal”

I.1. Migração Internacional

A globalização tem sido um factor determinante para a migração, contribuindo para intensificar os movimentos migratórios. A modernização das comunicações e dos transportes, que ficaram mais baratos e mais rápidos, contribuem para a mobilidade das pessoas, devido a compressões do tempo e do espaço¹. Por outro lado, milhares de pessoas são obrigadas a abandonar as suas casas em busca de um futuro melhor pelos mais diversos motivos como o conflito, a perseguição, a pobreza, a desigualdade e a falta de trabalhos decentes. Desta forma, a migração internacional apresenta-se como um fenómeno global que está em constante crescimento tanto em dimensão, complexidade e impactos².

Em 2015, o número de migrantes internacionais em todo mundo, atingiu os 244 milhões³. A União Europeia (UE), a América do Norte (EUA e Canadá) e os países do Golfo Pérsico representam as três regiões que acolhem a maioria dos migrantes internacionais. Porém, mais recentemente, as migrações Sul-Sul também têm ganho alguma importância, ficando quase em pé de igualdade com as migrações Sul-Norte⁴. Afirmando, assim, a migração como um fenómeno global.

Segundo dados da Organização da Nações Unidas (ONU), em 2014, as remessas dos migrantes de países em desenvolvimento representaram um valor estimado de 436 bilhões de dólares. Estas remessas constituem um fluxo financeiro que tem um impacto

¹ PADILLA, Beatriz e ORTIZ, Alejandra – «Fluxos Migratórios em Portugal: do Boom Migratório à Desaceleração no Contexto de Crise. Balanços e Desafios». In Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, s.l.vol.20, n.39, 2012, p.159

² NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs – International Migration Report 2015 Highlights. [Consultado em: 7 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf

³ Migrante internacional é uma pessoa que vive num país que não seja o seu país de nascimento. NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs – International Migration Report 2015 Highlights. [Consultado em: 7 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf pp. 4-5

⁴ PIRES, Rui Pena, [et. al.] – Introdução. In Portugal Atlas das Migrações Internacionais. Lisboa: Tinta da China, 2010. P.15

significativo nas vidas das famílias, e no desenvolvimento dos países de origem dos migrantes. Estes fundos são frequentemente direccionados para investimentos em educação, saúde, saneamento, habitação e infra-estrutura, contribuindo para melhorias das condições de vida das famílias e das comunidades. Os países de acolhimento também podem beneficiar deste fenómeno da migração. Nestes países, os migrantes contribuem para combater a escassez da mão-de-obra, para criar emprego como empresários, e contribuir em termos de impostos com contribuições à segurança social. Os imigrantes, se tiverem oportunidades para tal, em conjunto com a sociedade receptora, podem também ajudar a criar novos caminhos para a ciência, medicina e tecnologia, contribuindo assim para o enriquecimento da comunidade de acolhimento promovendo a diversidade económica, social e cultural. Desta forma, conforme defendido pela ONU, embora a migração não possa ser um substituto para o desenvolvimento das sociedades, esta pode ser uma força positiva para o crescimento económico sustentável e para o desenvolvimento, tanto das comunidades de saída dos migrantes, como das comunidades de acolhimento, quando suportada por um conjunto de políticas apropriadas que permitam uma boa gestão da mesma⁵.

Portanto, as migrações internacionais são uma realidade que de certa forma afecta quase todos cantos do mundo, representando um desafio para a sociedade internacional. O aumento da mobilidade global traduz numa crescente complexidade dos padrões migratórios e dos seus impactos nos mais variados níveis, no país de saída, nos migrantes, nas famílias e nas comunidades de acolhimento. Assim, estudar os desafios resultantes da migração e as suas implicações para o desenvolvimento global, bem como trabalhar numa regulamentação global da migração constitui uma das prioridades da comunidade internacional.

I.2. Migração na Europa

Os movimentos migratórios na Europa foram-se alterando ao longo do tempo, entre movimentos transatlânticos, intra-europeus, ou transnacionais. Com a

⁵ NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs – International Migration Report 2015 Highlights. [Consultado em: 7 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf

reconstrução da Europa destruída pela guerra, no período pós-segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios foram sofrendo alterações, do qual se verificou um aumento do fluxo migratório intra-europeu, uma vez que a reconstrução representou um conjunto de oportunidades, tornando algumas regiões mais atractivas. A consolidação da então Comunidade Económica Europeia (CEE), bem como os seus alargamentos, e o colapso da União Soviética traduziu-se em diversas variações nos movimentos migratórios na Europa. Por um lado, a Europa em processo de desenvolvimento precisava de mão-de-obra, enquanto os antigos países do bloco soviético expulsavam os seus cidadãos⁶.

Nos últimos anos do século passado e no início do século XXI os países europeus presenciaram um aumento considerável de imigrantes de diversas origens. E mais recentemente, os fluxos migratórios dentro da Europa têm apresentado diversas alterações, como países de destino ou de partida. Os países que anteriormente se apresentavam como países de emigração, que disponibilizavam mão-de-obra, passaram a apresentar-se mais atractivos, tornando-se também país de imigração, como é caso de Portugal, Espanha, Grécia e Itália, por exemplo⁷.

A Europa é o continente que recebe o maior número de migrantes internacionais, em 2015, dos cerca de 244 milhões de migrantes no mundo, 76 milhões residiam na Europa⁸. A UE devido à sua prosperidade económica relativa e a estabilidade política atrai milhões de migrantes em busca de uma vida melhor. Os fluxos de entradas de migrantes são constituídos por três grandes grupos de indivíduos: (1) migrantes intracomunitários, ao abrigo de diferentes tratados e Acordos Schengen; (2) refugiados e descolados ao abrigo da Convenção Internacional para os Refugiados; (3) e trabalhadores de países terceiros⁹.

De acordo com o Eurostat, em 2016, 54,4¹⁰ milhões de imigrantes residiam na UE-28, sendo que desses 54,4 milhões, 35,1 milhões são oriundos de estados terceiros e

⁶ PADILLA, Beatriz e ORTIZ, Alejandra, *op. cit.*, pp.160-161

⁷ *Ibidem*

⁸ NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs – International Migration Report 2015 Highlights. [Consultado em: 7 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf

⁹ RODRIGUES, Teresa Ferreira – Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal. IDN Cadernos 2010. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_2.pdf, pp.32-33

¹⁰ Dados Eurostat, cálculos próprios. EUROSTAT – Migration and Migrant Population Statistics. [Consultado em: 8 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics

19,3 milhões nasceram noutra Estado-Membro daquele que residiam. Entre os 5 países que receberam o maior número de imigrantes, em 2015, destacam-se Alemanha, Reino Unido, França, Espanha e Itália. Por outro lado, dentre os que tiveram o maior número de emigrantes constam mais uma vez a Alemanha, Espanha, Reino Unido, França e, ainda, a Polónia. Também se verificou que em alguns dos Estados-Membros a emigração superou a imigração, como é o caso de Portugal, Roménia, Espanha, Bulgária, por exemplo¹¹.

Sendo que a UE acolhe cerca de 71,5%¹² da migração para a Europa, esta detém um papel importante tanto a nível europeu como a nível global, na definição de estratégias para lidar com os desafios impostos pela migração em geral, em particular, pela actual crise migratória. Importa, sobretudo definir medidas concretas que promovam a integração efectiva dos imigrantes, nas sociedades europeias. Neste sentido, a UE tem implementado várias iniciativas com o objectivo de traçar uma política de imigração comunitária, entre elas a Declaração de Barcelona¹³ de 1995; os Princípios Básicos Comuns¹⁴, adoptados em 2004, que servem de base para a elaboração de políticas de integração de imigrantes; o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo¹⁵ de 2008, ou o Programa de Estocolmo de 2010¹⁶, entre os objectivos principais dessas iniciativas destacam-se: a cooperação para migração legal; o controlo dos fluxos migratórios ilegais; o controlo fronteiriço; a construção de uma Europa de asilo; o incentivo a criar condições para que as migrações contribuíssem para o desenvolvimento económico e social; a promoção do entendimento mútuo entre culturas e civilizações; a

¹¹ EUROSTAT – Migration and Migrant Population Statistics. [Consultado em: 8 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics

¹² Dados Eurostat, ONU, cálculos próprios. EUROSTAT – Migration and Migrant Population Statistics. [Consultado em: 8 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics ; NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs – International Migration Report 2015 Highlights. [Consultado em: 7 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf

¹³ EUR-LEX – Declaração de Barcelona. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Ar15001>

¹⁴ UNIÃO EUROPEIA, Conselho da – Press Release. Justice and Home Affairs. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/jha/82745.pdf#zoom=100 pp.15-25

¹⁵ EUR-LEX – Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Aj10038>

¹⁶ EUR-LEX – Programa de Estocolmo. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:jl0034&from=PT>

luta contra a discriminação, racismo e a xenofobia¹⁷. Portanto, no sentido de gerir melhor a imigração, a actual Agenda Europeia da Migração identifica 4 linhas de acção para que a política comum de migração “seja justa, sólida e realista”, tendo em especial atenção a crise migratória. A Agenda visa: (1) reduzir o incentivo à migração irregular, onde o foco é analisar as causas profundas que levam à migração irregular; (2) gestão das fronteiras como o objectivo de salvar vidas e garantir a segurança das fronteiras externas; (3) reforçar a política comum de asilo e (4) desenvolvimento de uma nova política de migração legal¹⁸.

Ainda na mesma linha de acção, em 2016, a Comissão Europeia adoptou um Plano de Acção sobre a Integração de Nacionais de Países Terceiros, que visa reforçar os eixos prioritários das políticas de integração de imigrantes de países terceiros, e que mais uma vez, dá ênfase aos desafios resultantes do acolhimento de refugiados. O Plano tem em conta todas as áreas políticas fundamentais para a integração, visa a promoção da educação com destaque para o ensino de línguas e reconhecimento de qualificações académicas; a promoção da integração no mercado de trabalho; o acesso aos serviços básicos, como habitação e cuidados de saúde; a participação cívica; bem como o desenvolvimento da Rede Europeia de Integração que permita uma partilha de informação entre os diferentes actores dos Estados-Membros que trabalham nos domínios integração¹⁹.

I.3. Migração em Portugal

Portugal tradicionalmente apresenta-se como um país de emigração, dado o elevado número de cidadãos nacionais que decidem viver fora do país. De acordo com dados da ONU, em 2015, cerca de 2.3 milhões de pessoas nascidas em Portugal viviam fora do país, o que corresponde a 22,3% da população portuguesa daquele ano²⁰. Porém,

¹⁷ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *op. cit.*, pp.38-39

¹⁸ COMISSÃO EUROPEIA – Agenda Europeia da Migração. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52015DC0240&from=PT>

¹⁹ COMISSÃO EUROPEIA – Action Plan on the integration of third country nationals. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20160607/communication_action_plan_integration_third-country_nationals_en.pdf

²⁰ COMUNIDADES PORTUGUESAS – Relatório da Emigração 2015. [Consultado em: 11 de Setembro de 2017]. Disponível em:

na sua história, também é conhecido como um país que muitos escolhem para viver, fazendo de Portugal um país de emigração e de imigração²¹.

Dado a sua longa história como país de emigração, Portugal apresenta-se sobretudo como um país de emigração no sistema internacional migratório, visto que este fenómeno tem uma presença constante na sociedade portuguesa desde do século XIX até ao presente. Os principais fluxos emigratórios da população portuguesa sucederam desde 1850. Numa primeira fase, verificou-se o fluxo migratório transatlântico, onde o principal destino era o Brasil. A partir de 1960, deu-se a emigração intra-europeia, sendo que a França e o Luxemburgo eram os principais destinos. E mais tarde, verifica-se o aumento de fluxos emigratórios para as antigas colónias africanas, com Angola e Moçambique entre os destinos mais procurados. Interrompida em 1974, com a integração europeia as emigrações dos portugueses para outros países da Europa voltaram a crescer. Verificou-se esse crescimento, tanto em intensidade, como em diversidade dos pontos de destino, permanecendo os antigos destinos, mas também surgindo novos²².

No que se refere a imigração, foi a partir dos anos 70 que se verificaram as alterações mais significativas no fluxo migratório para Portugal, onde o país passou de fornecedor de mão-de-obra à Europa desenvolvida, a país de destino de imigrantes em busca de trabalho, passando de país de emigração a, também, país de imigração²³. A coexistência das duas dinâmicas, de emigrações e de imigração, tem apresentado uma intensidade variável ao longo tempo²⁴.

Nas últimas décadas do século passado, registou-se um aumento considerável da imigração proveniente dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), e do Brasil. Assim, em meados dos anos 80, os estrangeiros residentes em Portugal, eram particularmente africanos, provenientes dos PALOP's, brasileiros e europeus. Com a adesão de Portugal à então CEE, o país começou a mostrar-se economicamente mais atractivo para os imigrantes. Os fundos europeus que se traduziram num aumento do investimento em infra-estruturas estão entre os factores que impulsionaram o aumento

https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Destaques/Relatorio_Emigracao_Portuguesa_2015.pdf, pp.30-31

²¹ PIRES, Rui Pena, [et. al.], *op. cit.*, p.15

²² PIRES, Rui Pena, [et. al.], *op. cit.*; PADILLA, Beatriz e ORTIZ, Alejandra, *op. cit.*, pp.161-162

²³ FONSECA, Maria Lucinda – «Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas» Conferência efectuada no I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

²⁴ PIRES, Rui Pena, [et. al.], *op. cit.*; PADILLA, Beatriz e ORTIZ, Alejandra, *op. cit.*, p.162

da imigração, posteriormente o desenvolvimento do turismo e da distribuição também vieram contribuir para que o país fosse visto, não só como um país de partida, mas também de destino. Os fluxos de entrada de migrantes tornam-se bastante diversificados. Mais recentemente, imigrantes do Leste Europeu também começaram a escolher Portugal como país de destino, entre as nacionalidades mais representativas estão os ucranianos, os romenos, os moldavos e os russos. Verificou-se, igualmente, um aumento dos imigrantes de origem asiática, sobretudo de chineses, mas também paquistaneses e indianos²⁵.

No que se refere à população estrangeira residente em Portugal, de acordo com o Relatório Estatístico Anual de 2016, intitulado “Indicadores de Integração de Imigrantes”, do Observatório das Migrações, dados estimam que em 2014, cerca de 395.195 cidadãos estrangeiros²⁶ residiam em território nacional. E entre as nacionalidades mais expressivas constam os brasileiros (22,1%), os cabo-verdianos (10,4%), os ucranianos (9,6), os romenos (8%), os chineses (5,4%), angolanos (5%), guineenses (4,5%) e britânicos (4,2%). Estes mesmos dados indicam que população estrangeira residente no país tem vindo a descrever nos últimos anos, visto que 2011 residiam em Portugal cerca de 436.822 cidadãos estrangeiros, verificando-se um decréscimo de 9,5%, entre 2011 e 2014²⁷. Esse decréscimo pode estar associado à aquisição de nacionalidade portuguesa por parte dos cidadãos estrangeiros, visto que depois de adquirida a nacionalidade deixam de figurar nas estatísticas enquanto estrangeiros, ao retorno aos países de origem ou a decisão de migrar para outros destinos devido ao impacto da crise económica no mercado laboral²⁸.

Quanto aos perfis de entrada, nos últimos anos, os fluxos de entrada em Portugal passaram a estar associados, predominantemente, ao estudo ou ao reagrupamento familiar, muito devido à situação económica do país que resultou num decréscimo de oportunidades no mercado de trabalho, alterando assim a tendência inicial da imigração que estava mais associada a razões laborais. Portanto, os fluxos migratórios dos últimos

²⁵ FONSECA, Maria Lucinda, *op. cit.*; Beatriz e ORTIZ, Alejandra, *op. cit.*, pp.163-165

²⁶ Para efeitos estatísticos o SEF considera “estrangeiro residente”, o estrangeiro detentor de título de residência emitido nos termos da Lei da Imigração, do Regime de Livre Circulação de Nacionais de Estados Membros da UE e seus familiares, e da Lei de Asilo. SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS – Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo 2014. [Consultado em: 13 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf, p.58

²⁷ OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália – Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2016. 1ªed. Lisboa: Observatório das Migrações, 2016 p. 33-39

²⁸ SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS – Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo 2014. [Consultado em: 13 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf, p.10

anos têm assistido a várias alterações, caracterizando-se pela diversificação das origens geográficas e pela alteração dos perfis de entradas, com o aumento de certos fluxos, como estudantes, investigadores, investidores, indivíduos altamente qualificados, trabalhadores independentes e reformados. Por outro lado, há uma diminuição de fluxos de entrada para actividades subordinadas²⁹.

Portugal conta hoje com uma comunidade de imigrantes particularmente diversificada, caracterizada pela diversificação das origens geográficas, sociais e culturais, e pela motivação da imigração.

I.4. Integração de Imigrantes

A integração de imigrantes é o processo de interacção, ajustamento e “adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento”³⁰. Conforme defendido por Maria Fonseca, a integração dos imigrantes nos países de acolhimento corresponde a um processo dinâmico, em permanente mudança, que lida com vários sectores, económicos, social, político e institucional dos países de destino³¹. Ou ainda, segundo o Conselho da Europa, a integração (ou integração social, ou inclusão) é um processo duplo, que enfatiza a capacidade das pessoas viverem juntas com respeito pela dignidade de cada indivíduo, que permite a participação na vida social, cultural, económica e política. A integração de imigrantes requer políticas de integração efectivas que permitam que estes participem plenamente na vida do país de acolhimento³².

Esse processo envolve vários intervenientes, como imigrantes, governos, instituições e comunidades locais. Onde os imigrantes devem respeitar as leis e os valores básicos da sociedade de acolhimento, e onde as políticas de integração e a população de acolhimento devem respeitar a identidade e a dignidade dos imigrantes. Portanto, a integração de imigrantes corresponde a um processo de adaptação constante, onde os imigrantes têm de procurar adaptar ao contexto do local onde vivem, sendo que

²⁹ OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália, *op. cit.*, pp.47-48

³⁰ Demetrios Papademetriou, 2003 citado por FONSECA, Maria Lucinda, *op. cit.*

³¹ FONSECA, Maria Lucinda, *op. cit.*

³² CONSELHO DA EUROPA, Ministros dos Negócios Estrangeiros do, – White Paper on Intercultural Dialogue: Living Together as Equals in Dignity. [Consultado em: 19 de Junho de 2017]. Disponível em: https://www.coe.int/t/dg4/intercultural/source/white%20paper_final_revised_en.pdf p.11

este processo é feito de cooperação e conflito, diálogo e troca de saberes entre indivíduos que partilham o mesmo espaço geográfico³³.

Diversos factores contribuem, positivamente ou negativamente para a integração dos imigrantes. A sociedade de acolhimento corresponde a um dado importante na equação de integração, por exemplo, as políticas de integração dificilmente produzirão os efeitos desejados se não houver aceitação da sociedade de acolhimento. Os líderes de opinião e os meios de comunicação podem ter aqui um papel importante, na medida em que podem ajudar a população nacional a entender melhor este fenómeno da imigração e os seus impactos nas sociedades de acolhimento, e combater ideias estereotipadas e estigmatizantes em relação aos imigrantes³⁴. Por vezes, existe entre a população nativa a ideia errada de que os imigrantes irão roubar os seus postos de trabalho, porém, estudos apontam que normalmente os imigrantes estão muito mais dispostos a aceitar empregos de baixa remuneração, ou de baixas qualificações, do que a força de trabalho nacional³⁵. Este tipo de ideias estereotipadas contribuem para que surjam atitudes anti-imigrantes nas sociedades receptoras, atitudes essas que podem contribuir negativamente para a integração dos imigrantes. A segregação especial também contribui negativamente para a integração. Essa segregação pode resultar da falta de recursos financeiros dos imigrantes, fazendo com que estes fiquem confinados nos bairros sociais, onde as opções de habitação são mais baratas, ou da discriminação do mercado imobiliário, que dificulta a compra ou o arrendamento de casa aos imigrantes, ou os coloca numa determinada localização geográfica, ou também das políticas públicas de integração de imigrantes³⁶. A integração é um processo que ocorre ao longo do tempo. Segundo os resultados gerais do relatório “Indicadores of Immigrants Integration 2015”³⁷ da OCDE/UE, e ainda de um outro relatório, também sobre a integração de imigrantes, intitulado “Using EU Indicators of Immigrant Integration”³⁸2013, há que se ter em conta que a integração é um processo de longo prazo, os imigrantes demonstram melhores resultados quando vivem durante mais tempo no país de acolhimento. O país

³³ FONSECA, Maria Lucinda, *op. cit.*

³⁴ FONSECA, Maria Lucinda, *op. cit.*

³⁵ OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália, *op. cit.*, p.87

³⁶ COMISSÃO EUROPEIA, Migration and Home Affairs – EWSI: Immigration Housing in Europe. [Consultado em: 9 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/migrant-integration/intdossier/ewsi-analysis-immigrant-housing-in-europe>

³⁷ OCDE/UE – Indicators of Immigrant Integration 2015: Setting In. [Consultado em: 9 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264234024-en>

³⁸ HUDDLESTON, Thomas, [et. al.] – Using EU indicators of immigrant integration. Final Report for Directorate-General for Home Affairs. Bruxelas: Comissão Europeia, 2013

de origem dos imigrantes também é um factor importante, por exemplo, no contexto da UE, os imigrantes extracomunitários enfrentam maiores desafios no mercado de trabalho, no acesso à habitação e nas escolas³⁹. A integração de imigrantes é, assim, um processo que envolve diversos factores.

I.4.1 Integração em Portugal

Apesar das recomendações emanadas da UE para promover a integração dos imigrantes, os Estados-Membros são os principais responsáveis nesta matéria. Portugal tem procurado desenvolver a sua política neste sentido. Através do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015, 20 de Março de 2015, traça os eixos prioritários da política migratória portuguesa. Este Plano surge no sentido de dar enquadramento político à realidade migratória mais complexa que o país tem enfrentado, definindo uma “abordagem global para a migração e mobilidade” no contexto da UE⁴⁰. No que se refere a integração de imigrantes, o PEM procura implementar políticas adequadas à integração social da população imigrante, sendo que as áreas prioritárias de acção neste sentido são a da cultura e da língua, da educação, do emprego e da qualificação profissional. PEM considera que é necessário promover o acolhimento e a integração social eficaz dos imigrantes e dos seus descendentes, e tem também em atenção a questão da solidariedade a nível europeu afirmando ser necessário colaborar com a UE na gestão da actual crise migratória⁴¹.

Nas suas acções, Portugal tem apresentado bons resultados no que se refere à resposta dada aos desafios impostos pela migração, tem visto a sua política de integração de imigrantes reconhecida a nível internacional. De acordo com os resultados do estudo internacional sobre o Índice de Políticas de Integração de Migrantes 2015,

³⁹ *Ibidem.*, p.5

⁴⁰ ALTO-COMISSÁRIO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. – Plano Estratégico para as Migrações. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195, p.6

⁴¹ ALTO-COMISSÁRIO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. – Plano Estratégico para as Migrações. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195 pp. 12-16

MIPEX⁴², que realiza uma análise comparativa entre 38 países, Portugal aparece como segundo melhor país a integrar migrantes. O mesmo estudo aponta outros bons resultados para o país, em diferentes domínios da integração. No que se refere ao acesso à nacionalidade, Portugal ficou posicionado na primeira posição, demonstrando ainda que em países com algum passado relacionado com a imigração, os imigrantes têm maiores oportunidade para se naturalizarem. Portugal também aparece entre os países com a melhor legislação contra a discriminação étnica, racial, e religiosa e promoção da igualdade, posicionando-se como o país da Europa do Sul com melhor classificação neste indicador. E, apesar da crise e da austeridade, o país manteve o investimento na integração, visto que os imigrantes beneficiaram de apoios concretos para a reunificação familiar, no acesso ao mercado de trabalho, na formação e no reconhecimento de qualificações.

Entre as boas práticas adoptadas, por Portugal, no sentido de promover a integração dos imigrantes no país, o MIPEX destaca o Programa Escolhas, o estabelecimento do CNAIM e do CLAIM⁴³. O CNAIM e CLAIM da competência do Alto-Comissário para Migração (ACM I.P.), foram criados para responder aos problemas enfrentados pelos cidadãos migrantes resultante do processo de integração, em Portugal. CNAIM funciona como uma unidade que agrega vários tipos de serviços, assegurando a representação de diferentes instituições de apoio aos migrantes, com o objectivo de dar uma resposta integrada ao processo de acolhimento e integração. O CLAIM tem os mesmos objectivos, são gabinetes de informação e de apoio descentralizado ao acolhimento⁴⁴. Estes centros têm permitido ajudar um grande número de migrantes em dificuldades das mais diversas índoles.

Criado em 2001 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º4/2001, tendo sido alvo de várias renovações, sendo que a última refere-se à Resolução do Conselho de Ministros n.º101/2015, 28 de Dezembro, para o período de 2015 a 2018, o Programa Escolhas tem por objectivo a promoção da inclusão social de crianças e jovens

⁴² MIPEX (Migration Integration Policy Index), desenvolvido pelo Migration Policy Group e patrocinado pelo British Council, que avalia as políticas e medidas referentes à migrações, implementadas em 38 países, todos Estados-Membros da UE, Austrália, Canadá, Islândia, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Noruega, Suíça, Turquia e EUA. MIPEX – Migration Integration Policy Index 2015. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.mipex.eu/portugal>

⁴³ Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) e Centro Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

⁴⁴ DIÁRIO DA REPÚBLICA – Portaria n.º203/2016 de 25 de Julho. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/75025066>

provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, com especial atenção, para os descendentes de imigrantes e grupos étnicos, visando a igualdade de oportunidades e reforço da coesão social. O Programa direcciona a sua acção em 5 áreas estratégicas de intervenção: educação e formação; empregabilidade e emprego; participação cívica; inclusão digital; capacitação e empreendedorismo⁴⁵. Este programa tem sido amplamente valorizado pelos beneficiários, e se tem consolidado como uma política pública eficiente, de grande mérito e alcance.

Contudo, apesar dos bons resultados, ainda é considerável o número de cidadãos imigrantes que se sentem excluídos e discriminados, na sociedade portuguesa. Mesmo o MIPEX que posiciona Portugal positivamente em vários domínios da integração aponta que são necessárias políticas mais responsivas e eficazes que possam ser acessíveis para população que mais precisa.

I.4.2 Discriminação em Portugal

Nem todos os imigrantes internacionais são recebidos da mesma forma pelos nacionais do país de acolhimento. Segundo Maria Fonseca, a história das migrações internacionais tem demonstrado evidências de que imigrantes provenientes de determinadas origens, com características raciais, sociais ou culturais particulares podem ser recebidos de forma bastante diferenciada pela população de acolhimento. Ou seja, como foi mencionado acima, o país de origem do imigrante também é um factor importante no processo de integração, enquanto alguns são recebidos “de braços abertos”, outros são considerados imigrantes de segunda categoria, sendo alvo de contestação, discriminação por parte dos nativos do país de acolhimento⁴⁶.

Quando se refere a discriminação contra as minorias esta pode afectar vários domínios da vida, desde prestação de serviços, oportunidades de emprego, justiça, habitação, representação política, acesso à educação, entre outros. Portanto, a discriminação pode ocorrer em simples situações do quotidiano, como ser tratado com menos cortesia num serviço público comparativamente a outras pessoas, mas também

⁴⁵ DIÁRIO DA RÉPUBLICA – Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.programaescolhas.pt/index.php/ cf/367994>

⁴⁶ FONSECA, Maria Lucinda, *op. cit.*

em situações mais graves como não conseguir um trabalho pela cor da pele, ser despedido injustamente ou ser mandado parar pela polícia de forma injusta.

Esta diferenciação, acima mencionada, feita pela sociedade receptora entre imigrantes segundo a origem, o grupo étnico ou cultural a que pertencem é sentida por alguns grupos de imigrantes, em Portugal. Por exemplo, os imigrantes de raça negra apresentam-se entre os que mais se sentem discriminados e desvalorizados socialmente, no país. Segundo, o Relatório Estatístico Anual de 2016, acima referido, em 2014, foram recebidas pela Comissão para a Igualdade e Contra Discriminação Racial (CICDR) 60 queixas de discriminação de base racial e étnica, sendo que 38% dessas queixas foram apresentadas por indivíduos da “raça negra”, 20% corresponderam a indivíduos da “etnia cigana”, e 13% aos imigrantes em geral⁴⁷.

Em Portugal, existem vários instrumentos para a luta contra a discriminação racial. A CICDR é um desses instrumentos. Esta Comissão é presidida pelo ACM, I.P., o órgão especializado na luta contra a discriminação de base racial ou étnica, tendo como objectivo primordial o registo das queixas por discriminação⁴⁸ e sancionar acções que violem direitos fundamentais por razões raciais, de cor, nacionalidade ou origem étnica, bem como verificar a aplicação da lei em actos de discriminatórios.

Em períodos de crise económica podem aumentar atitudes discriminatórias e hostis para com os imigrantes por parte de alguns sectores da população nacional, uma vez que os imigrantes são vistos como potenciais concorrentes no mercado de trabalho, ou dos apoios sociais, e devido ao sector económico e grupos profissionais em que alguns grupos de imigrantes se inserem, estes podem ser os primeiros a perder o emprego⁴⁹. Verifica-se que, em 2014, que a taxa de desemprego dos cidadãos nacionais, em comparação com a taxa de desemprego dos cidadãos estrangeiros extracomunitários é bem menor, cerca de 13,9% e 21,6%, respectivamente. E entre as nacionalidades que registaram o maior número de desempregados, estão 3 pertencentes aos PALOP's, a cabo-verdiana (13,3%), a angolana (6,9%), e a guineense (6,8%)⁵⁰. Dados apontam que

⁴⁷ OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália, *op. cit.*, p. 170

⁴⁸ Nos termos do Artigo 1.º e alínea a) do Artigo 3.º da Lei n.º 93/2017, de 23 de Agosto, “discriminação” compreende qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência em função da raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica “que tenha por objectivo ou efeito a anulação ou restrição do reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de direitos, liberdades e garantias ou de direitos económicos sociais e culturais”. DIÁRIO DA RÉPUBLICA – Lei n.º 93/2017 de 23 de agosto. [Consultado em: 11 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/108039214>

⁴⁹ FONSECA, Maria Lucinda, *op. cit.*, OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália, *op. cit.*, p.110

⁵⁰ OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália, *op. cit.*, p.110

também é mais difícil para um imigrante de origem africana encontrar emprego. Segundo resultados do Eurobarómetro sobre a percepção da discriminação, em que foram inquiridos 1005 indivíduos em Portugal, 44% dos respondentes de Portugal admitem que a cor da pele ou a origem étnica poderão desfavorecer um candidato a emprego. E os mesmos resultados demonstraram, ainda, que 6% dos respondentes de Portugal afirma que se sentiria desconfortável se tivesse colegas de trabalho de “raça negra”, sendo que nos casos de colegas muçulmanos a percentagem sobe para 12%, e para 19% relativamente a colegas de etnia cigana⁵¹. Ainda em relação ao mercado de trabalho, é evidente a grande ausência de indivíduos raça negra em lugares de destaque, na sociedade portuguesa.

Num trabalho sobre desigualdades raciais em Portugal, desenvolvido pelo Jornal “Público” em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos, intitulado “Racismo à Portuguesa”, que compreende análises de dados estatísticos e diversas entrevistas, foi realizado um exercício que demonstrou o quanto pode ser difícil para um cidadão que tenha sotaque africano conseguir arrendar uma casa, mesmo quando detém condições financeiras para tal. No exercício, os arrendatários ou as agências imobiliárias ao reconhecerem um sotaque africano recusaram agendar uma visita a habitação, alegando que já não estava disponível, porém posteriormente estaria disponível para alguém com sotaque português⁵². Embora esta situação seja apenas um exercício, e seria necessário analisar outros factores para confirmar como situação de discriminação racial, esta pode demonstrar que existe uma certa discriminação no mercado imobiliário, em Portugal. Em casos onde a situação financeira dos imigrantes não são tão favoráveis os entraves são ainda maiores, fazendo com que os imigrantes fiquem confinados nos bairros sociais ou nas áreas circundantes aos bairros sociais, onde as habitações são mais baratas, ou onde são “colocados” pelas agências imobiliárias. Visto que a habitação pode ter influência nas opções de emprego, nas oportunidades educacionais, na interacção social, a discriminação no mercado imobiliário pode afectar a situação já fragilizada dos imigrantes, contribuindo negativamente para o processo de integração,

⁵¹ Dados do Eurobarómetro, 2015, citado por OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália, *op. cit.*, pp.167-168

⁵² HENRIQUES, Joana Gorjão – Há uma preferência “óbvia” dos senhorios em arrendarem casa a brancos. Jornal Público. [Consultado em: 6 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/26/sociedade/noticia/ha-uma-preferencia-obvia-dos-senhorios-alugarem-casa-a-brancos-1782904>

uma vez que a concentração geográfica de imigrantes em determinadas áreas mais desfavorecidas tem efeito negativo na integração⁵³.

Sem esquecer as limitações desta breve análise e dos dados existentes, visto que é difícil traçar o verdadeiro cenário de situações de discriminação racial, e reconhecendo também que o grupo que apresenta a maior percentagem de queixas por discriminação de base racial e étnica está entre o grupo de nacionalidades com o maior número de residentes no país (cerca de 22,5% dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, correspondem a cidadãos proveniente dos PALOP's)⁵⁴, considera-se que os imigrantes de origem africana e os seus descendentes, estão entre os que mais sofrem discriminação, em Portugal, nos mais diversos aspectos da vida em sociedade.

Considerando a breve descrição sobre a migração no mundo, na UE e em Portugal, constata-se que a UE tem desenvolvido políticas de migração muito revelantes para lidar com os desafios impostos pela migração, porém, dada a complexidade deste fenómeno, os desafios são diversos e permanentes. É neste contexto que se enquadra o projecto internacional em que se colaborou durante o período de estágio, que será apresentado de seguida. Este projecto foca-se numa das problemáticas que resultam do fenómeno da migração, o processo de integração dos imigrantes, sobretudo, a discriminação que os imigrantes enfrentam nos países de acolhimento.

I.5 Apresentação do Projecto “We are all Equal”

A escolha do tema principal a tratar neste relatório deve-se ao facto do estágio ter decorrido no contexto de um projecto internacional – “We are all Equal” – coordenado por uma Organização Não Governamental Romena “Mod of Life”, em parceria com outras cinco organizações parceiras provenientes de 5 países diferentes, entre os quais se inclui Portugal, representado através da Associação Spin. Os restantes países parceiros são Espanha, Itália, Bulgária e Sérvia, os quais se fazem representar pelas seguintes organizações, respectivamente, “Mar Violeta”, “Associazione Terzo Millennio”, “Youth and Civil Initiatives in the Rose Valley”, e “Iniciativa Mladih Hocu Mogu”.

⁵³ COMISSÃO EUROPEIA, Migration and Home Affairs – EWSI: Immigration Housing in Europe. [Consultado em: 9 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/migrant-integration/intdossier/ewsi-analysis-immigrant-housing-in-europe>

⁵⁴ OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália, *op. cit.*, p.39, Cálculos próprios.

Este projecto é co-financiado pela UE através do programa “Europa Para os Cidadãos”⁵⁵, na “Vertente 2: Compromissos Democráticos e Participação Cívica”⁵⁶, sob a “Acção 2.3 – Projectos da Sociedade Civil”, que visa possibilitar aos cidadãos a oportunidade de participarem no processo de elaboração de políticas da UE, propondo soluções práticas através da cooperação a nível europeu⁵⁷.

O projecto “We are all Equal” tem como objectivos gerais a promoção da tolerância e do entendimento mútuo entre as diferentes culturas, o combate à discriminação para com os imigrantes na Europa, através de uma abordagem inovadora que engloba pesquisas, encontros entre os diferentes representantes, realização de *workshops*, de um curso de formação, e de uma campanha europeia de sensibilização. O mesmo tem uma duração de 12 meses, tendo começado a 1 de Dezembro de 2016, e terminará a 30 de Novembro de 2017. De forma a atingir os seus objectivos gerais o projecto pretende:

- (i) Avaliar os tipos de discriminação enfrentados pelos imigrantes na Europa durante o exercício dos seus direitos civis, através da elaboração pesquisa qualitativa em cooperação com os actores envolvidos;
- (ii) Envolver representantes das instituições públicas, ONG’s, cidadãos, na elaboração de recomendações políticas e de medidas anti discriminatórias;
- (iii) Combater práticas de discriminação para com os imigrantes em 5 áreas do direito civil: educação, trabalho, habitação, saúde, bens e serviços;
- (iv) Sensibilizar as autoridades públicas, as entidades empregadoras, o público em geral e os imigrantes em matérias de direitos humanos e a

⁵⁵ De acordo com Artigo 1.º do Regulamento que institui o Programa “Europa para os Cidadãos”, os objectivos gerais deste programa é “contribuir para a compreensão pelos cidadãos da União, da sua história e diversidade” e “promover a cidadania europeia e melhorar as condições de participação cívica e democrática a nível da União”. EUR-LEX, Jornal Oficial da União Europeia – Regulamento (UE) N.º390/2014 Do Conselho de 14 de Abril de 2014 que institui o programa “Europa para os Cidadãos” para o período de 2014-2020. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0390&from=EN>

⁵⁶ A Vertente 2 Programa pretende reforçar a compreensão do público em geral sobre a forma como as políticas da UE são definidas e promover o envolvimento da sociedade civil na formulação de políticas europeias. Visa, também, encorajar a participação cívica do público em geral, mas sobretudo das mulheres e dos jovens, no processo de decisão políticos e económico da União. Cerca de 60% do orçamento do Programa são destinados para esta Vertente. EUR-LEX, Jornal Oficial da União Europeia – Regulamento (UE) N.º390/2014 Do Conselho de 14 de Abril de 2014 que institui o programa “Europa para os Cidadãos” para o período de 2014-2020. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0390&from=EN>

⁵⁷ COMISSÃO EUROPEIA – Europe for Citizens Programme. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/citizenship-programme_en

discriminação, através da realização de uma campanha anti discriminação.

Os parceiros trabalham em conjunto para atingir estes objectivos específicos, através do diálogo sobre estratégias contra o racismo e partilha de informação sobre boas práticas. Neste sentido, tendo em vista os objectivos do projecto, este compreende uma partilha de actividades e de responsabilidade entre todos os parceiros, sendo que as principais actividades são as seguintes:

- 1) Reunião preparatória a nível nacional – que decorreu entre 5 a 9 de Dezembro de 2016, em todos os países parceiros, onde cada parceiro teve a responsabilidade de organizar diversas reuniões a nível local para estabelecer a equipa responsável pela implementação do projecto dentro de cada organização parceira.
- 2) Reunião preparatória a nível europeu – que decorreu entre 27 a 29 de Janeiro de 2017, em Madrid, Espanha. Esta reunião contou com a participação de dois representantes de cada organização parceira, onde foram discutidos todos os aspectos revelantes para a implementação do projecto.
- 3) Realização de um *website* – de forma a assegurar a visibilidade do projecto, este *site* deve conter toda a informação referente ao projecto, informação sobre políticas para a imigração na Europa, um fórum de discussão e, sobretudo, os resultados do projecto. Esta tarefa está a cargo da organização coordenadora do projecto, que a realizará de acordo com os outros parceiros, e ainda se encontra em fase de desenvolvimento.
- 4) Realização de material promocional – sendo, também, da responsabilidade da organização coordenadora, produziram-se materiais como *flyers*, *banners* e *posters* para a divulgação do projecto. Estes materiais foram, e serão, utilizados por todos os parceiros nas actividades realizadas a nível local.
- 5) Pesquisa quantitativa e qualitativa sobre as temáticas de integração de imigrantes – a ser realizada por todos os países parceiros, tem como objectivo a produção de dados relevantes sobre direitos civis dos imigrantes em todos os países participantes.
- 6) Curso de formação anti discriminação – que decorreu entre 30 de Maio de 4 de Junho de 2017, na Roménia, contando com a participação de 4

representantes de cada organização parceira. Teve como objectivo a formação dos participantes para práticas anti discriminatórias.

- 7) *Workshops* locais de divulgação da Campanha Anti Discriminação – entre Junho e Agosto de 2017, os países parceiros tiveram que organizar workshops locais a fim de disseminar os conhecimentos adquiridos no curso de formação.
- 8) Visita de Estudo – decorreu entre 19 de 22 de Agosto de 2017, onde 2 representantes de cada organização participaram numa visita de estudo, a Itália. Com o intuito de partilhar e analisar as boas práticas no domínio de protecção dos direitos civis dos imigrantes que estão a ser implementadas, em Itália.
- 9) Campanha pública local e nacional de combate à discriminação – entre Setembro de Novembro de 2017, em todos os países, todas as organizações organizarão campanhas de informação, debates e outras actividades para as autoridades locais, funcionários públicos e cidadãos em geral sobre tolerância, anti discriminação, e medidas que contribuam para a protecção dos direitos civis dos imigrantes. Com esta actividade o projecto pretende promover um maior entendimento mútuo e tolerância entre a população dos países de acolhimento e imigrantes.
- 10) Encontro de Avaliação – a decorrer entre 24 e 26 de Novembro de 2017, em Lisboa, Portugal. Neste encontro os parceiros irão verificar se os objectivos do projecto foram alcançados, serão apresentadas propostas de actividades a desenvolver após a finalização do projecto, bem como a avaliação dos resultados de todas as actividades envolvidas no projecto.

Esta descrição das várias etapas do projecto compreendeu as actividades que já foram desenvolvidas e as outras que ainda serão desenvolvidas. Dado o período de estágio ter decorrido entre 1 de Março e 31 de Agosto de 2017, não foi possível a participação e acompanhamento nas etapas iniciais e finais do projecto.

Este projecto pretende que as informações recolhidas durante as suas várias etapas sejam, posteriormente, disponibilizadas às ONG's que trabalham com as temáticas em questão, aos decisores políticos, com o intuito de promover mais inclusão social por parte de futuras políticas públicas a serem desenvolvidas.

Capítulo II: Contexto do Estágio

Após três anos de licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais, e actualmente a frequentar o mestrado na mesma área de estudo, este estágio revelou-se uma forma pertinente e estimulante de realizar a componente não lectiva do mestrado e, ao mesmo tempo, colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da carreira académica.

Este capítulo constitui uma contextualização do estágio, onde se apresenta a descrição da organização que prontamente se mostrou, verdadeiramente, disponível para ser a instituição de realização do estágio – a Associação SPIN para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre Povos. Sendo uma organização, relativamente recente com cerca de 9 anos de actividade, a Associação Spin enquanto associação promotora de programas de mobilidade internacional para jovens, tem uma forte presença a nível nacional, tendo já recebido diversos prémios de “Boas Práticas” e de “Projectos Inspiradores” pelo trabalho desenvolvido.

Este estágio teve grande mérito, pois foi possível abrir novas perspectivas profissionais, uma vez que foram desenvolvidas actividades únicas e enriquecedoras. Sendo a licenciatura e a componente lectiva do mestrado ricas em informação e conhecimentos teóricos, é na prática que se apercebe o que se pode fazer, como se faz, e como não se faz. O estágio foi um momento onde se pôde aprender, experimentar novas actividades e crescer profissionalmente. Assim, contribuir para o trabalho desenvolvido pela Associação Spin, constituiu uma oportunidade única onde se pôde adquirir experiência profissional num contexto de trabalho real, tornando-se uma mais-valia na formação académica, profissional e pessoal.

II. 1. Caracterização da Instituição de Acolhimento – Associação Spin para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos

A Comissão Europeia com o intuito de promover a empregabilidade dos jovens, criando experiências e oportunidades, ao mesmo tempo, que incentiva o desenvolvimento social, o crescimento económico europeu e, ainda, contribuir para construção europeia, promove os mais diversos programas destinados aos jovens, como

por exemplo, programas de mobilidade internacional. Contudo, nem sempre a informação alcança esses jovens, ficando muitas dessas oportunidades por aproveitar.

Com o intuito de divulgar as oportunidades europeias, há cerca de 9 anos atrás, um grupo de jovens decidiu criar uma associação onde o objectivo era fazer chegar aos potenciais interessados a informação sobre essas oportunidades. Da necessidade de combater essa lacuna de ausência de informação e alargar as possibilidades de participação dos jovens portugueses nos programas de mobilidade internacional, a organização começou os seus primeiros passos através de um *blog*, onde divulgavam informações pertinentes sobre oportunidades europeias para jovens. Após algum tempo de trabalho, o grupo de jovens, dada a dimensão das actividades, concluiu que seria necessária uma forma legal para a associação que compreendesse as actividades que já eram desenvolvidas. Foi decidido criar uma associação juvenil, de jovens para jovens, sem fim lucrativos, movida pela vontade de contribuir para o crescimento profissional e pessoal dos jovens através da experiência da mobilidade internacional. Surge então, no dia 29 de Fevereiro de 2008, a Associação Spin para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos. Os elementos fundadores da Associação escolheram a palavra “Spin” da língua inglesa, pela sua dimensão internacional, e pelo seu significado – rodar, girar. O nome surge da principal motivação da Associação, da ideia de mobilização, de girar o mundo, de contribuir para o movimento, para a mudança e formação dos indivíduos. Desde cedo os domínios prioritários da actuação da Associação estiveram relacionados com a área da formação, do voluntariado e gestão de programas europeus de mobilidade. Os primeiros anos de actividade da Associação foram períodos reservados à consolidação da mesma, em termos de organização, estruturação interna, e obtenção de espaço físico de trabalho⁵⁸.

Em 2010, a Associação Spin, foi oficialmente reconhecida como uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), com utilidade Pública pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Foi também nesse ano que a Associação iniciou o seu trabalho, num dos seus principais domínios de actuação, com o acolhimento de duas voluntárias internacionais, e uma estagiária internacional.

Ao longo dos anos seguintes, a Associação foi desenvolvendo várias actividades nacionais e internacionais, procurando estabelecer novas parcerias, junto de outros

⁵⁸ SPIN, Associação – Relatório de Actividades e Contas 2012. [Consultado em: 27 de Julho de 2017]. Disponível em: <http://a-spin.pt/relatorios/RelatorioActividadesContas2012.pdf>, p.3

países, não só europeus, como países asiáticos. Promoveu, igualmente, cursos de formação nacionais e internacionais, projectos Leonardo da Vinci e projectos locais. Através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, sob a acção Leonardo Da Vinci, enviou 17 estagiários para vários países da UE. E, através da acção do Programa Juventude em Acção, enviou, acolheu e coordenou jovens voluntários participantes no Serviço Voluntário Europeu⁵⁹. Sendo que esta continua a ser, uma das principais actividades da Associação, conjuntamente, com cursos de formação internacionais, projectos de intercâmbios juvenis internacionais e promoção da cooperação entre povos, bem como actividades locais em parceria com a Junta de Freguesia de Carnide, onde está localizada a sede da Associação, e a Câmara Municipal de Lisboa.

II. 1.1 Objectivos, Valores e Princípios da Associação Spin

A Associação Spin enquanto ONGD, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, tem como objectivo primordial a realização de programas de mobilidade internacional para jovens. De acordo com o Art.º 2º dos seus Estatutos, a Associação tem como finalidade “promover o diálogo, a tolerância e as relações interculturais, a igualdade de oportunidades; a defesa dos direitos humanos; a cooperação entre os povos com vista ao seu desenvolvimento; a solidariedade e inclusão social; uma cidadania activa e participativa e a formação e aprendizagem ao longo da vida, em especial dos jovens e dos grupos socialmente desfavorecidos”⁶⁰.

Toda a actuação da Associação Spin na sua relação com os seus associados, beneficiários, parceiros e público em geral é gerida segundo um conjunto de valores e princípios, que compõem a sua identidade e representam um instrumento para as acções da Associação. Segundo a Carta de Valores e Princípios da Associação, esta na sua actuação terá sempre como fio condutor os seguintes princípios e valores: (1) Interculturalidade – onde procura promover o conhecimento entre diferentes culturas e valorizar a identidade de cada uma delas, como forma de estimular a tolerância e a cooperação; (2) Participação – na sua actividade a Associação pretende incentivar a

⁵⁹ SPIN, Associação – Relatório de Actividades e Contas 2012. [Consultado em: 27 de Julho de 2017]. Disponível em: <http://a-spin.pt/relatorios/RelatorioActividadesContas2012.pdf>, p.3

⁶⁰ SPIN, Associação – Estatutos actualizados da Associação Spin. [Consultado em: 20 de Maio de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/wp-content/uploads/2013/11/2013_08_29-Estatutos-atualizados-Spin-1.pdf

participação activa de todos os indivíduos, sobretudo, aqueles com menos oportunidades; (3) Capacitação – a Associação acredita que as competências pessoais e sociais podem ser elementos essenciais para contribuir para o desenvolvimento; (4) Inclusão Social – na sua acção a Associação pretende incentivar uma integração completa os indivíduos, na sociedade; (5) Independência – a Associação actua de forma completamente autónoma e independente⁶¹.

II. 2. Programa Erasmus+

O Programa Erasmus na sua forma original que possibilita aos estudantes efectuar um período de estudos, com a duração de um semestre ou máxima de um ano lectivo, num estabelecimento de ensino superior de outro estado elegível do programa é amplamente conhecido entre a maioria das pessoas, porém este programa engloba novas dimensões. Em 2014, ocorreram alterações profundas resultante das prioridades da Estratégia Europa 2020 e da vontade da Comissão Europeia de investir no capital humano, começando pelo nome, que passou a designar-se Programa Erasmus+, e outras importantes alterações, como o aumento do orçamento disponibilizado pela Comissão Europeia para o novo Programa⁶². Erasmus+ começou em Janeiro de 2014, como um programa único para o período 2014-2020.

Na sua nova versão o Programa Erasmus+ engloba sete⁶³ programas anteriores da UE, distribuídos em três Acções-chaves – Acção-chave 1 Mobilidade de Aprendizagem de Indivíduos; Acção-chave 2 – Cooperação para a Inovação e o Intercâmbio de Boas Práticas, Acção-chave 3 – Apoio à Reforma Política – e duas áreas dedicadas ao programa Jean Monet e Desporto. A nova estrutura do programa surgiu para unir e simplificar o apoio à aprendizagem formal e não formal em todos os sectores da educação, formação e juventude.

⁶¹ SPIN, Associação – Carta de Valores e Princípios de Actuação. [Consultado em: 20 de Maio de 2017]. Disponível em: <http://www.a-spin.pt/wp-content/uploads/2013/11/cartavalores.pdf>

⁶² COMISSÃO EUROPEIA – Erasmus+ Programme Annual Report 2014. [Consultado em: 23 de Maio de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/erasmus-plus-annual-report_en.pdf pp. 7- 9

⁶³ Os antigos programa que foram integrados no Erasmus+ são o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, Programa Juventude em Acção, Programa Erasmus Mundus, Tempus, Alfa, e Programas de Cooperação com países industrializados no domínio do ensino superior. COMISSÃO EUROPEIA – Erasmus+ Programme Annual Report 2014. [Consultado em: 23 de Maio de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/erasmus-plus-annual-report_en.pdf, p.7

Com essas alterações, com especial atenção para o importante aumento do orçamento atribuído ao programa para o período 2014-2020, a Comissão Europeia emprega o Erasmus+ como um instrumento fundamental da agenda estratégica da UE, apoiando acções de Educação, Formação, Juventude e Desporto. Uma vez que o citado programa promove valores europeus, cidadania activa e diálogo entre pessoas e culturas, reforçando assim o papel da UE no cenário global. O programa em cada país participante é gerido pelas Agências Nacionais, em Portugal a Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Acção é responsável pela gestão e execução das actividades no âmbito do programa.

A Acção-chave 1 Mobilidade de Aprendizagem de Indivíduos é a maior acção no Erasmus+. Para os participantes do programa, esta acção-chave promove as aptidões, incluindo habilidades linguísticas, empregabilidade e conscientização intercultural. E para as organizações participantes, permite que melhorem a sua capacidade de inovação, a qualidade do ensino e sua capacidade de trabalhar com os jovens⁶⁴. Esta acção-chave financia várias actividades, entre elas oferece oportunidades para jovens e estagiários, formadores, trabalhadores juvenis, entre outros, realizarem uma experiência profissional noutro país. É nesta vertente do Programa Erasmus+, que a Associação Spin desenvolve as suas actividades, participando em várias iniciativas de projectos europeus de mobilidade, através do Programa Erasmus+ Juventude Acção, promovendo actividades como intercâmbios, seminários, cursos de formação, e Serviço Voluntário Europeu. A intervenção da Associação nestas iniciativas compreende a divulgação de oportunidades, a preparação dos participantes antes do momento de partida para a experiência, acompanhamento durante e após experiência, bem como a gestão e coordenação de projectos europeus. A Associação participa, igualmente, em muitos outros programas financiados pela UE, ou por outros fundos.

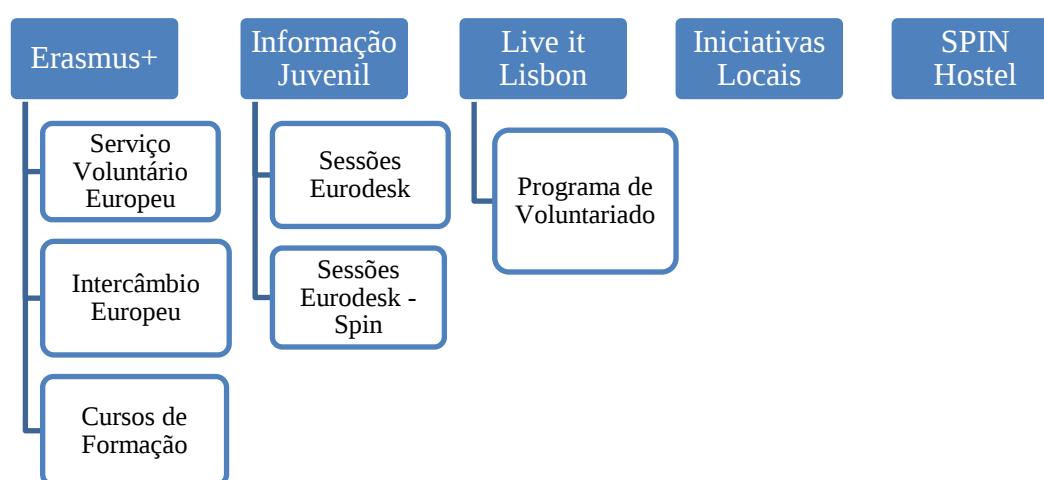
II. 3. Principais Actividades da Associação Spin

Conforme referido anteriormente, o objectivo primordial da Associação Spin é a realização de programas de mobilidade para jovens, portanto, é através do Programa

⁶⁴ COMISSÃO EUROPEIA – Erasmus+ Programme Annual Report 2014. [Consultado em: 23 de Maio de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/erasmus-plus-annual-report_en.pdf, pp. 7-16

Erasmus+ que esta desenvolve grande parte das suas actividades, neste momento. A Associação na sua acção desenvolve, igualmente, outras actividades como a realização de campos de férias, visitas de estudo, “workcamps”, acções de formação e de educação para o desenvolvimento e sessões informativas sobre oportunidade de mobilidade⁶⁵, bem como opera um hostel social – o Spin Hostel. De forma a facilitar uma melhor compreensão das principais actividades desenvolvidas pela Associação Spin segue, na figura abaixo, uma esquematização das mesmas.

Figura 1 – Principais Actividades da Associação Spin



Fonte: Associação Spin. Elaboração própria.

II. 3.1 Programas Europeus de Mobilidade Erasmus+

No âmbito do Programa Juventude em Acção do Erasmus+ a Associação Spin promove as seguintes iniciativas: o Serviço Voluntário Europeu, intercâmbio europeu e cursos de formação.

Serviço Voluntário Europeu (SVE)

O SVE corresponde a uma acção de mobilidade juvenil do Programa Erasmus+ Juventude em Acção, que permite aos jovens realizar um serviço de voluntariado, num

⁶⁵ SPIN, Associação – Apresentação. [Consultado em: 20 de Maio de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=12

país diferente do seu próprio país de residência, por um período de no mínimo 1 mês, ou 12 meses no máximo. O SVE tem como finalidade a promoção da cidadania activa e da solidariedade entre os jovens, o desenvolvimento de competências e a melhoria da perspectiva de empregabilidade dos jovens, promovendo assim a descoberta de novas culturas, um entendimento mútuo entre os jovens, bem como o sentimento de pertença à Europa⁶⁶. Projectos de SVE, não correspondem a estágios, não são remunerados, e não têm fins lucrativos. São actividades desempenhadas a tempo inteiro, correspondem a voluntariado que se efectua, sobretudo, nas áreas sociais. Há projectos nas mais diversas áreas de interesse, tais como, cultura, juventude, desporto, serviço social, protecção ambiental, protecção civil, cooperação internacional para o desenvolvimento, etc. Estes projectos de SVE, para além do voluntariado, correspondem a verdadeiros períodos de aprendizagem para o voluntário, onde os princípios e práticas de aprendizagem não formal, e a dimensão intercultural estão sempre presentes. Nestes projectos, é sempre dada ao voluntário a oportunidade de propor e desenvolver uma actividade pessoal, possibilitando o desenvolvimento de novas competências para o voluntário, ou melhoramento de algumas.

Estes projectos podem ser realizados nos países que são Estados-Membros da UE, nos países pertencentes à Associação Europeia do Comércio Livre e que sejam membros do Espaço Económico Europeu, bem como nos países candidatos à adesão à UE, e países parceiros vizinhos. Nos países participantes, a acreditação das entidades para que possam participar no programa compete as Agência Nacionais.

Todo o processo de um projecto do SVE envolve, pelo menos, quatro partes, Organização de Acolhimento, Organização Coordenadora, Organização de Envio, e o voluntário. A organização de envio está estabelecida no país de residência do voluntário, é a que proporciona ao voluntário toda a preparação antes da partida, acompanha este durante toda a experiência e na volta ao país de residência. Organização coordenadora tem o papel de facilitar o planeamento, a implementação e a avaliação do projecto, oferecendo qualidade administrativa a todos os envolvidos no projecto. A organização de acolhimento é a que recebe o voluntário, deve garantir uma vida decente e segura, e condições de trabalho decente para o voluntário. Esta pode ou não ser a

⁶⁶ SPIN, Associação – Serviço Voluntário Europeu. [Consultado em: 4 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=56

mesma que a organização coordenadora⁶⁷. A Associação Spin, na sua actividade, é uma Organização de Envio, Acolhimento e de Coordenação acreditada pela Agência Nacional Erasmus+⁶⁸.

Para poder participar nestes programas os jovens devem ter uma idade compreendida entre 17 e 30 anos, e deter residência legal no país da Organização de Envio. Qualquer jovem pode participar num projecto SVE independentemente da sua origem ou contexto. A participação nesta acção não implica que o voluntário seja detentor de um diploma académico, ou detenha uma formação específica em alguma área de formação, ou possua conhecimentos linguísticos aprofundados. Esta acção contém poucos requisitos para os participantes, de forma a possibilitar que a maior parte de jovens possam participar, procurando garantir, assim, a acessibilidade universal. Os principais requisitos prendem-se simplesmente com a disponibilidade e motivação por parte dos jovens, demonstrando interesse em adquirir novas competências através do voluntariado.

Sendo financiado pelo Erasmus+, um voluntário SVE tem direito a viagem de ida e volta (até ao limite estabelecido de acordo com um sistema de quilometragem indicado pela Comissão Europeia) para o local onde se desenvolve o projecto de voluntariado, a alojamento e alimentação durante toda a duração do projecto, transporte do local de residência ao local de voluntariado, a um subsídio para as despesas pessoais suplementares, a formação na língua do país de acolhimento, e ao seguro de saúde. E, ainda, o voluntário tem o direito de receber o “YouthPass”, um certificado onde constam as competências adquiridas ao longo do projecto. Durante o projecto, o voluntário tem direito a um mentor, representado um suporte pessoal, com quem pode discutir e resolver algum conflito que possa surgir.

Intercâmbio Europeu

O intercâmbio europeu tem características semelhantes ao SVE, visto que também é uma acção do Programa Erasmus+ Juventude em Acção. Intercâmbio europeu corresponde a encontros internacionais de curta duração, que permitem a que

⁶⁷ COMISSÃO EUROPEIA – European Voluntary Service Charter. [Consultado em: 4 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/erasmusplus/files/library//evs-charter_en.pdf

⁶⁸ SPIN, Associação – Serviço Voluntário Europeu. [Consultado em: 4 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=56

grupos de jovens de diferentes países se reúnam em torno de discussão de temas de interesse comum e conheçam outras culturas. Tem com principais objectivos permitir o conhecimento de modos de vida e costumes de cada país participante, procurando envolver a participação activa dos jovens, para que estes descubram e tomem consciência das diferentes realidades sociais e culturais, aprendam uns com os outros e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento pessoal do participante e reforçar a cidadania europeia⁶⁹.

O intercâmbio europeu permite que um grupo de jovens ou mais, normalmente formados em equipas consoante os países de residência, sejam acolhidos por um outro grupo de outro país, com o objectivo de participarem num programa de actividades sobre determinado tema. Dependendo do número de países envolvidos, um intercâmbio pode ser bilateral ou multilateral. Todo o processo de aprendizagem num intercâmbio tem por base práticas de aprendizagem não formal. Os intercâmbios podem ser realizados nos mesmos países da acção SVE.

Estes intercâmbios geralmente têm uma duração de uma semana, excluindo os dias de viagem, e o número de participantes devem ser no mínimo 16 e no máximo 60 participantes. Os participantes normalmente são distribuídos por grupos nacionais que devem ser compostos, pelo menos, por 5 pessoas e em cada grupo deve haver um líder de grupo. Em termos das partes envolvidas, é obrigatória a existência da organização de acolhimento – responsável pela parte da logística do intercâmbio, pela elaboração do programa e pela selecção e organização do grupo nacional residente no país de acolhimento e organização de envio – responsável pela selecção e organização do grupo residente no seu país, e pela preparação do mesmo para a participação no intercâmbio.

As condições de participação são semelhantes ao SVE como ter residência legal num país do programa, mas já o limite de idade é ligeiramente diferente podendo participar jovens com idades compreendidas entre os 13 e 30 anos. Esta iniciativa conta com o financiamento do Erasmus+, assim, os participantes têm direito a alojamento, actividades, visitas, seguro, bem como ao reembolso dos custos da viagem internacional (até ao limite estabelecido pelo sistema de quilometragem da Comissão Europeia) e o

⁶⁹ SPIN, Associação – Intercâmbios Juvenis. [Consultado em: 5 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=54

“YouthPass”, como no caso do SVE, correspondente a um certificado das experiências adquiridas durante o intercâmbio⁷⁰.

A Associação Spin é promotora desta acção do Erasmus+, já tendo desenvolvido projectos de intercâmbio enquanto organização de envio e de acolhimento.

Cursos de Formação

Cursos de formação financiados, igualmente, pelo Programa Erasmus+ Juventude em Acção, é um programa de aprendizagem educativa de curta duração sobre temas específicos, com o objectivo de melhorar as competências e conhecimentos dos participantes. Os cursos formação partilham basicamente todas as características do programa anterior, em termos de apoios a que o participante tem direito, a duração e os critérios de participação, excluindo os critérios respeitante à idade que só estabelece um mínimo de 18 anos e não tendo nenhum limite máximo. Sendo que a grande diferença destes cursos para os intercâmbios, é que estes cursos geralmente são direccionados para profissionais que trabalham na área da juventude ou que tenham interesse na formação baseada em práticas de aprendizagem não formal. Portanto, os cursos de formação têm como fim promover uma maior qualidade do trabalho no domínio da juventude e de projectos “Juventude em Acção”⁷¹.

A Associação Spin, da mesma forma que acontece nas acções anteriormente descritas, participa como organização de envio e de acolhimento nos cursos de formação do Programa Erasmus+ Juventude em Acção.

II. 3.2 Informação Juvenil

A Associação Spin com o objectivo de atrair o maior número de pessoas para as iniciativas europeias de mobilidade organiza várias sessões de esclarecimento, onde fornece informação, orientação e consultadoria sobre as oportunidades europeias de mobilidade a organizações e indivíduos interessados em participar nessas iniciativas.

⁷⁰ SPIN, Associação – Intercâmbios Juvenis. [Consultado em: 5 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=54

⁷¹ SPIN, Associação – Cursos de Formação. [Consultado em: 5 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=52

Estas sessões são implementadas em escolas, universidades, na sede da Associação, ou noutro lugar onde seja solicitado.

II. 3.3 Sessões de Informação Eurodesk

A Rede Eurodesk é uma organização internacional sem fins lucrativos, que representa uma das fontes europeias mais completas e acessíveis de informação gratuita sobre oportunidades de mobilidade internacional para jovens. Esta Rede é uma organização suporte para o Erasmus+, pois procura tornar a informação em mobilidade de aprendizagem compreensível e acessível para os profissionais da juventude. A Eurodesk está presente em 34 países, em Portugal é gerida pela Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Acção, e através dos chamados “multiplicadores Eurodesk” leva a cabo a missão da Organização⁷². A Eurodesk disponibiliza, assim, serviços de informação para jovens e pessoas que trabalham com oportunidades nas áreas da educação, da formação e da juventude. As oportunidades partilhadas através desta rede podem ser, por exemplo, subvenções, programas, estágios, concursos, cursos, etc.

Desde Janeiro de 2017, a Associação Spin integrou nos seus serviços a actividade de “Multiplicador Eurodesk”. Sendo “Multiplicador Eurodesk” a Associação tem acesso directo a esta rede de informação europeia podendo, assim, divulgar ainda mais oportunidades para jovens e profissionais na área da juventude⁷³.

Estas sessões Eurodesk, geralmente, ocorrem duas vezes por mês, uma na sede da Associação, e outra em locais solicitados, como feiras, escolas, ou universidades. As sessões na sede da Associação acontecem uma vez por mês, onde é dada aos interessados a possibilidade de conhecerem de perto o trabalho desenvolvido pela Associação, bem como a sua equipa e respectivas instalações. De forma a alcançar o maior número de interessados possível, estas sessões são anunciadas através das redes sociais e da Newsletter da Associação. Nestas sessões, os interessados têm a oportunidade de esclarecer quaisquer dúvidas que tenham sobre programas de mobilidade europeias, mas também a possibilidade de falar directamente com outros jovens de vários países europeus que estão em Portugal a participar nesses mesmos

⁷² EURODESK – About Us. [Consultado em: 6 de Agosto de 2017]. Disponível em: <https://eurodesk.eu/about-us>

⁷³ SPIN, Associação – Eurodesk: Novo Serviço da Spin para os Jovens. [Consultado em: 6 de Agosto de 2017]. Disponível em: <http://www.a-spin.pt/?p=3459>

programas, e que são acolhidos pela Associação Spin. Desta forma, é possível trocar informação de um modo informal sobre expectativas ou medos que possam vir surgir.

Neste momento, a Associação Spin também tem desenvolvido sessões Eurodesk em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Rede Eures⁷⁴, para jovens inscritos em Centros de Emprego.

II. 3.4 Iniciativas Locais

Com a sua sede num dos maiores bairros de habitação social no país, no Bairro Padre Cruz, na Freguesia de Carnide, a Associação Spin procura desenvolver actividades de cariz social e cultural de forma a envolver a população local, e promover o desenvolvimento social do bairro.

As actividades sociais desenvolvidas no bairro pretendem ser inclusivas, entre elas, aulas gratuitas de inglês, *workshops* gratuitos e sessões informativas sobre vários tópicos.

II. 3.5 Spin Hostel – Hostel Social de Carnide

A Associação Spin também tem a seu cargo um hostel social, localizado no mesmo espaço comunitário da sede da Associação, no Bairro Padre Cruz, um espaço cedido pela Junta de Freguesia de Carnide. O Spin Hostel – Hostel Social de Carnide surgiu no âmbito de iniciativas locais que têm em vista o desenvolvimento do Bairro Padre Cruz e a sua internacionalização. O hostel social, dada a sua localização, num contexto único do Bairro Padre Cruz, tem como finalidade possibilitar uma experiência intercultural e social para os grupos que escolham o hostel para se alojarem e para a comunidade local. A sua característica fundamental é a conjugação do trabalho para o desenvolvimento local com a dimensão nacional e internacional, procurando dar a

⁷⁴ A Rede Eures é a rede europeia de cooperação entre a Comissão Europeia e os de serviços públicos de emprego dos Estados-Membros do Espaço Económico Europeu e Suíça, que tem como objectivo facilitar a mobilidade dos trabalhadores a nível transnacional e transfronteiriço, prestando informações, aconselhamento e serviços de recrutamento, procurando simplificar a relação entre empregadores e trabalhadores, a nível europeu. Actua, actualmente, em 32 países. INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL – EURES. [Consultado em: 6 de Agosto de 2017]. Disponível em: <https://www.iefp.pt/eures>

conhecer um dos maiores bairros sociais do país. Este projecto social conta com o apoio da Junta de Freguesia de Carnide, e é gerido inteiramente pela Associação Spin.

O Spin Hostel é um espaço aberto somente ao acolhimento de grupos, onde estes podem desenvolver as suas actividades e projectos, como por exemplo, cursos de formação, intercâmbios de jovens, campos de férias, competições entre equipas desportivas, actividades culturais e sociais, ou todas as actividades que tenham em vista o desenvolvimento social⁷⁵. Desde da sua abertura em 2014, o Spin Hostel tem acolhido grupos de pessoas provenientes das mais diversas partes do mundo.

II. 3.6 Programa “Live it Lisbon”

Na mesma lógica de iniciativas locais desenvolvidas pela Associação Spin com o objectivo promover o desenvolvimento do Bairro Padre Cruz e o envolvimento social da população local, a Associação Spin está a desenvolver o Programa “Live it Lisbon”, que surge da necessidade de ajudar a comunidade onde está inserida e, ao mesmo tempo, promover o conhecimento de novas culturas.

O “Live it Lisbon” é um programa de voluntariado de cariz social, destinado a pessoas que queriam fazer trabalho comunitário no Bairro Padre Cruz, e ajudar as comunidades da cidade de Lisboa. Este programa também envolve uma componente de imersão na cultura portuguesa e de descoberta da cidade de Lisboa. Para além do trabalho comunitário, os participantes têm oportunidade de participar em aulas da Língua Portuguesa, workshops de cozinha onde podem aprender a confeccionar pratos tradicionais de outros países, bem como outras actividades de cariz cultural e social⁷⁶.

O programa é uma das actividades mais recentes da Associação Spin, sendo um projecto que ainda está a afirmar-se e já conta com duas edições, tendo decorrido este ano a terceira. Em cada ano há dois períodos do programa, com 11 dias de duração cada, e em cada período participam cerca de 26 jovens, provenientes dos quatro cantos do mundo. Este programa não é desenvolvido ao abrigo de nenhuma subvenção, sendo organizado inteiramente pela Associação Spin, acarretando uma taxa de participação

⁷⁵ SPIN, Associação – Hostel Social. [Consultado em: 2 de Fevereiro de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/hostel/?page_id=12

⁷⁶ SPIN, Associação – Live it Lisbon! – Summer Volunteer Programme. [Consultado em: 8 de Fevereiro de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=1837

para os participantes, e sem qualquer comparticipação. O alojamento e refeições decorrem no Spin Hostel e ficam a cargo da Associação Spin.

Com este programa Associação Spin pretende proporcionar aos participantes uma oportunidade singular para o desenvolvimento pessoal, para que estes possam aprender mais sobre si mesmos, sobre as comunidades que vão ajudar, sobre Portugal e sobre os outros participantes. No final da experiência, todos os participantes têm direito a um certificado comprovando a participação no programa.

Capítulo III: O Estágio

O estágio revelou-se um grande desafio, uma vez que representou a primeira oportunidade de adquirir alguma experiência num contexto real de trabalho na área das relações internacionais, mas também de se exercer funções noutras áreas na qual não se tem qualquer formação. Dando assim a possibilidade de se experimentar certas áreas de trabalho, nas quais nunca se tinha pensado trabalhar. Houve a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho desenvolvido pela instituição de acolhimento na área internacional, na área da comunicação, e no âmbito social-comunitário.

Este capítulo compreende a descrição das tarefas concretas que foram realizadas ao longo do período de estágio. Logo após o período de adaptação à instituição de acolhimento, foram estabelecidas as funções que seriam desenvolvidas de forma contínua durante o período de estágio. No decorrer do estágio, consoante as necessidades da instituição de acolhimento, foram sendo atribuídas outras actividades de carácter mais pontual. Assim, este capítulo encontra-se dividido em três partes, as tarefas que foram realizadas continuamente, as desenvolvidas de forma pontual e, por fim, as principais actividades e tarefas desempenhadas no âmbito do projecto “We are all Equal”.

Quanto à metodologia empregue para a realização dos trabalhos, a mesma assentou, sobretudo, na utilização de um conjunto de indicações fornecidas pela equipa da Associação. Visto que as funções desempenhadas foram bastante distintas entre si, tendo cada uma exigido uma metodologia diferente consoante a natureza do trabalho, procurou-se encontrar, para cada tarefa, qual a melhor forma de a realizar para que o trabalho pudesse ter um resultado proveitoso. Desta forma, de seguida, ao mesmo tempo que se apresentam as actividades desenvolvidas, são feitas algumas referências das metodologias mais revelantes que foram empregues para o desenvolvimento de determinados trabalhos.

III. 1. Tarefas Contínuas

III. 1.1 Divulgação das Oportunidades Eurodesk

Considerando que, actualmente, as redes sociais são um instrumento cada vez mais utilizado no dia-a-dia dos jovens, a Associação Spin procura tirar o melhor partido deste instrumento, no desenvolver das suas actividades.

Assim, e visto que a Associação é uma “multiplicadora Eurodesk”, quase diariamente durante o estágio, teve-se a responsabilidade de proceder à consulta das oportunidades, notícias ou qualquer outro material que se considerasse pertinente na rede Eurodesk, disponibilizadas através da página de Internet da Rede, onde apenas os “multiplicadores Eurodesk” têm acesso. E procedia-se à tradução e interpretação das mesmas para a língua portuguesa, para que fossem divulgadas nas redes sociais da Associação. Desta forma, a Associação pretende que essas oportunidades cheguem ao maior número possível de interessados, procurando assim as colmatar as falhas no acesso à informação por falta de conhecimento ou por questões linguísticas, visto que na maioria das vezes essas informações apenas são disponibilizadas na língua inglesa. Foi feita a tradução e divulgação de diversas oportunidades como cursos, bolsas escolares, prémios, estágios, entre outras.

Antes de dar início a estas funções, foi realizada uma reunião em que o objectivo foi de familiarizar com a página da Internet da Rede Eurodesk, visto que seria necessário uma utilização diária da mesma, perceber que tipo de informações deveriam ser seleccionadas, bem como de que forma se procederia o acesso à página da Rede Eurodesk. Posteriormente ficou-se encarregue autonomamente pela realização da tarefa anteriormente referida.

III. 1.2 Sessões Informativas Eurodesk/SVE na sede da Associação Spin

Estas sessões informativas são sobre “Oportunidades de Mobilidade Europeia”, Programa Erasmus+, focadas especialmente no programa SVE. Decorrem na sede da Associação Spin e são abertas a qualquer jovem que esteja interessado em obter mais

informação sobre as oportunidades Eurodesk e os programas promovidos pela Associação.

Inicialmente estas sessões foram realizadas em conjunto com um membro da equipa da Associação de forma a perceber como organizar e desenvolver as mesmas. Após um período de adaptação, ficou-se completa e autonomamente responsável por organizar estas sessões.

Para a organização das mesmas, procedeu-se à leitura do Guia do Programa Erasmus+ 2017 e da Carta SVE 2015, de forma a identificar todas as características dos programas promovidos pela Associação, e posteriormente transmitir essas informações aos potenciais futuros participantes. Também se efectuou a consulta das oportunidades Eurodesk que estivessem disponíveis no momento. No sentido de tornar estas sessões mais ricas, no ponto de vista de um futuro participante, foi convidado outro membro da equipa da Associação, um voluntário SVE a participar nas sessões, de forma a testemunhar a sua experiência SVE em Portugal.

III. 1.3 Sessões Informativas Eurodesk, Rede Eures e IEFP

Estas sessões são da mesma lógica da sessão anterior, com a diferença que são desenvolvidas em parceria com a Rede Eures e o IEFP destinadas aos jovens inscritos no Centro de Emprego, tendo como objectivo colmatar o desemprego jovem, informando os jovens sobre as possibilidades de formação, voluntariado e de trabalho em contexto europeu, de forma a adquirirem novas competências que, posteriormente aquando do regresso ao seu país de residência, lhes permitam uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Para estas sessões teve-se a responsabilidade de organizar e actualizar a apresentação da Associação Spin, com informação das vagas disponíveis SVE ou outras oportunidades Eurodesk, bem como a preparação de todo o material a ser utilizado nas sessões, como o vídeo promocional, os *roll up's*, e *flyers* da Associação, e a habitual lista de presenças. Durante as sessões teve-se a função de informar aos interessados o em que consistia o programa SVE, os direitos e deveres dos voluntários SVE, e que procedimentos devem ter em conta caso pretendam candidatar-se a um projecto SVE,

bem como a apresentação das outras vagas disponíveis para cursos de formação ou intercâmbios.

Participou-se nas sessões informativas nas seguintes cidades, que tiveram lugar nos respectivos IEFs:

-Sessão Eurodesk em Setúbal, a 19 de Abril de 2017

-Sessão Eurodesk no Seixal, a 24 de Maio de 2017

-Sessão Eurodesk em Tomar, a 30 de Junho de 2017

-Sessão Eurodesk em Sintra, a 21 de Julho de 2017

III. 1.4 Apoio às aulas de Língua Portuguesa para Estrangeiros

Conforme referido no segundo capítulo, os voluntários SVE devem ter formação linguística na língua do país de acolhimento. Os voluntários europeus acolhidos pela Associação Spin, participam em aulas de língua portuguesa leccionadas por uma professora de Português Para Estrangeiros. De forma a completar essas aulas, e colaborar para uma rápida aprendizagem da língua, ficou-se responsável pelo apoio dessas aulas.

Esta função compreendia a demonstração do uso da língua portuguesa de uma forma mais prática, não gramatical, visto não se possuir formação para tal, com o objectivo de facilitar o ensino da mesma. As aulas de apoio ocorriam uma vez por semana, e foram divididas em duas sessões, para níveis iniciais e avançados de aprendizagem da língua portuguesa

A metodologia utilizada para a organização destas aulas consistiu, sobretudo, na pesquisa de actividades através da bibliografia referente ao ensino de língua portuguesa para estrangeiros, da qual se procurou adaptar essas actividades aos temas de interesse dos voluntários. As aulas tiveram sempre um cariz de aprendizagem não formal, sendo que as actividades desenvolvidas tinham por base jogos, trabalhos de grupos, e interacção com situações reais onde os alunos tinham que comunicar em português.

III. 1.5 Apoio à Gestão do Spin Hostel – Hostel Social de Carnide

Uma vez que o Spin Hostel é um projecto relativamente recente da Associação Spin, este encontra-se num período de afirmação enquanto opção de alojamento, na área da grande Lisboa.

No sentido de promover o Hostel, logo após o início do estágio, ficou-se responsável pela pesquisa e organização de uma lista de contactos em Portugal e em Espanha, para a divulgação do mesmo. Para esta lista, tendo em conta que o Hostel apenas hospeda grupos, foram consideradas instituições como escolas secundárias, associações de estudantes, escolas de línguas, associações ou ONG's que trabalham com programas de mobilidade. Após a recolha de contactos, procedeu-se à tradução do comunicado de divulgação do Spin Hostel para a língua castelhana. No mesmo enquadramento, em conjunto com o resto da equipa da Associação, foi elaborado um vídeo promocional do Hostel. Nesta actividade, esteve-se encarregue da organização das filmagens do vídeo, que acabou por ser, de certa forma, bastante desafiante e só foi possível dada a capacidade de planeamento para organizar todos os envolvidos.

No que diz respeito à gestão propriamente dita, foi dado apoio à gestão das reservas dos grupos, bem como à inserção dos dados dos hóspedes no portal do Serviço Estrangeiros e Fronteiras (quando se tratavam de estrangeiros).

III. 2. Tarefas Pontuais

III. 2.1 Clube de Conversação

No âmbito das iniciativas locais desenvolvidas pela Associação Spin, em parceria com a Junta de Freguesia de Carnide, a Associação dinamizou durante o mês de Março de 2017, o mês da Juventude de Carnide, um clube de conversação que tinha como finalidade permitir aos participantes praticar as competências linguísticas de uma forma dinâmica.

Ficou-se encarregue de dinamizar sessões de conversações em português e em castelhano. Estas sessões eram gratuitas e abertas a todos. Porém, é de realçar que as

sessões não tiveram grande afluência, sendo que apenas foram realizadas duas sessões de conversação.

III. 2.2 Participação na Feira de Voluntariado da *Gap Year* Portugal

Foi marcada a presença numa feira sobre oportunidades de voluntariado internacional, realizada a 23 de Abril de 2017 e organizada pela *Gap Year* Portugal em parceria com outras organizações e associações, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa.

A presença nesta feira teve como função representar a Associação Spin, enquanto associação juvenil de promoção de programas de voluntariado de mobilidade internacional. Uma das responsabilidades foi a de preparar uma apresentação onde seriam divulgadas as vagas de voluntariado europeu disponíveis, na altura, na Associação Spin, bem como a preparação de uma lista de presenças.

A participação neste evento foi muito enriquecedora, onde se pôde partilhar informações sobre as oportunidades promovidas pela Associação Spin, mas também pela oportunidade de troca de informação e ideias com outras associações que estiveram presentes, e que trabalham nos mesmos domínios que a instituição de acolhimento.

III. 2.3 Evento de Angariação de Fundos para a Associação Spin durante as Festas de Lisboa 2017

As Festas de Lisboa que decorrem no mês de Junho representam um dos momentos mais conhecidos da cidade de Lisboa. Como tal, a Associação Spin, viu este evento como um momento de oportunidade, em que poderia desenvolver uma acção de angariação de fundos e ao mesmo tempo passar a informação do trabalho que desenvolve, dada a grande afluência de jovens nestas celebrações lisboetas. Desta forma, ficou-se encarregue pela organização desta iniciativa. Dado que foi a primeira edição de angariação de fundos durante as Festas de Lisboa foi necessário planear todos os detalhes, possíveis obstáculos e planos de acção para que os objectivos se pudessem alcançar. Embora as Festas de Lisboa tenham a duração de um mês, este evento decorreu apenas no dia mais importante das celebrações, a 12 de Junho de 2017.

Para a organização deste evento, ficou-se responsável por diversas tarefas. Foram feitos contactos telefónicos e via correio electrónico para Juntas de Freguesias em Lisboa, de forma a averiguar as questões legais por detrás das Festas de Lisboa, bem como para empresas de logística para a preparação de tais eventos. Posteriormente, com o resto da equipa da Associação, foram definidos que produtos seriam vendidos nesse evento, e que estratégias seriam implementadas durante o evento para mobilizar os jovens presentes sobre oportunidades europeias para jovens.

Com o intuito de atingir os objectivos estabelecidos para este evento, no decorrer do mesmo foram sendo distribuídos panfletos com informações sobre a Associação, os produtos vendidos foram confeccionados pelos voluntários da Associação, e vendidos a preços acessíveis.

III. 2.4 Participação num Intercâmbio Europeu

Entre 11 e 18 de Julho de 2017, participou-se na qualidade de líder do grupo, num intercâmbio europeu, em Espanha. Onde teve-se a oportunidade de perceber o que constitui, na prática, estes intercâmbios. Durante uma semana realizaram-se diversas actividades que tinham por base o desenvolvimento da criatividade e a promoção do crescimento pessoal, através de técnicas de aprendizagem não-formal. Foram desenvolvidas actividades como trabalhos em grupo, *workshops*, reflexões conjuntas, entre outras. Os principais temas debatidos foram a alimentação saudável, a sexualidade, e a criatividade dos jovens. No intercâmbio, estiveram presentes 25 jovens de 5 países da UE, provenientes de Espanha, Portugal, Grécia, Itália e Roménia, cada país tinha 5 participantes. A competente intercultural também esteve muito presente neste intercâmbio, pois todos os participantes apresentaram os seus países de origem, dando-os a conhecer aos outros, representando assim momentos de aprendizagem.

Enquanto líder do grupo teve-se a responsabilidade de acompanhar os restantes elementos do grupo português, ajudar na preparação de toda a documentação necessária antes e depois do intercâmbio, e desempenhou-se funções enquanto elemento de ligação entre a organização de envio e os participantes, e entre a organização de acolhimento e os participantes. No final do mesmo, conjuntamente com a responsável pelo envio dos participantes da Associação Spin procedeu-se à contabilização e organização dos custos

de viagens de todos os participantes, que posteriormente foram enviados para a organização de acolhimento para que fossem reembolsados os valores despendidos.

No geral, considerou-se que este intercâmbio foi um momento muito importante do estágio, representou um momento de aprendizagem bastante diferente do convencional, contribuindo para uma melhor compreensão das metodologias de educação não-formal, bem como de todo o processo, na prática, por detrás do envio de participantes para um intercâmbio europeu. A participação neste intercâmbio tornou assim mais fácil o trabalho desenvolvido nas sessões de informações, onde se explicava aos interessados o que constitui um intercâmbio europeu, uma vez que já se tinha experiência própria a título de exemplo, tornando o trabalho mais rico.

III. 3. Principais actividades desenvolvidas no âmbito do Projecto – “We are all Equal”

Conforme exposto no primeiro capítulo deste relatório, o período de estágio decorreu no contexto do projecto internacional – “We are all Equal” – tendo-se trabalhado directamente em várias tarefas referente ao projecto. Não foi possível o acompanhamento do desenvolvimento do projecto na sua totalidade, devido ao período de estágio ter começado depois do início do projecto, e terminado antes do final do mesmo. Ainda assim, durante o estágio, esteve-se responsável pelo desenvolvimento de certas actividades no âmbito do mesmo.

III. 3.1 Reunião de enquadramento sobre o Projecto

Uma vez que o projecto iniciou anteriormente ao início do estágio, e de forma a facilitar o trabalho a ser desenvolvido, logo após o início do estágio, a coordenadora do projecto na Associação Spin – Sara Segurado – partilhou informações sobre quais seriam os propósitos do projecto, quais as temáticas a serem tratadas, bem como as funções que seriam desenvolvidas ao abrigo do mesmo. Foi, igualmente explicada a pertinência do projecto perante o panorama actual, dos vários problemas que a imigração representa nas sociedades europeias.

A primeira tarefa desempenhada foi dar apoio à elaboração de um questionário que será utilizado para a recolha de informação sobre práticas discriminatórias, que tem como objectivo “medir” o nível de discriminação contra imigrantes entre os vários países participantes no projecto. Teve-se também a responsabilidade de compilar a informação sobre todas as actividades do projecto, bem como os prazos-limite para o desenvolvimento dessas actividades. Para realização desta tarefa procedeu-se à análise da documentação disponibilizada.

No sentido de se obter uma melhor preparação para o projecto, em torno das temáticas no que diz respeito a Portugal, procedeu-se à análise do Relatório Estatístico Anual 2016, do Observatório das Migrações, permitindo verificar que a população portuguesa tem uma percepção da migração em Portugal um tanto distante do que é a realidade.

III. 3.2 Curso e-Learning de Sensibilização sobre Asilo e Refugiados

De forma a adquirir conhecimentos que pudessem facilitar um melhor acompanhamento das principais temáticas do projecto “We are all Equal”, a coordenadora do projecto na instituição de acolhimento, aconselhou a participação num curso em e-learning de sensibilização para os problemas de pedidos de asilo e refugiados, promovido pelo Conselho Português para os Refugiados. Apesar do curso não incidir precisamente no tema do projecto, foi considerado que poderia trazer conhecimentos úteis para o desenvolvimento das tarefas dentro do projecto. Assim, participou-se no curso em regime de e-learning, entre 26 de Abril e 18 de Maio, de 2017.

Tratando-se de um tema bastante actual, o curso revelou-se de grande importância, para se perceber as diversas dificuldades enfrentadas por refugiados ou candidatos ao asilo, possibilitou a compreensão de diversos temas como as dificuldades no acolhimento e integração dos refugiados, principais diferenças entre migrantes e refugiados, sistema de protecção internacional dos refugiados, várias etapas de um processo de pedido de asilo, entre outras questões.

As questões tratadas neste curso puderam ser adaptadas ao projecto “We are all Equal”.

III. 3.3 Curso de Formação Anti Discriminação, na Roménia

Uma das actividades do projecto consistia na participação num curso de formação, realizado entre 30 de Maio de 4 de Junho de 2017.

Estiveram presentes representantes das seis organizações parceiras do projecto. Participou-se nesta formação, enquanto representante da Associação Spin, em conjunto com outro membro da equipa da Associação, e ainda com dois membros da Associação FEMAFRO – Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes – parceira da Associação Spin e que dada a natureza do trabalho que desenvolve acabou por ser uma importante presença nesta formação. Visto que quanto maior a cooperação entre diferentes associações e organismos, maior seria a troca de informação sobre questões de discriminação, e de exemplo de boas práticas a serem abordadas. Com o intuito de integrar os elementos da FEMAFRO nos objectivos do projecto, antes da partida para a formação, em conjunto com coordenadora do projecto da Associação Spin foi realizada uma reunião, para decidir os pontos que seria abordados na formação, bem como toda a organização para a mesma.

Este curso permitiu uma troca de informação sobre as discriminações cometidas contra imigrantes, refugiados, pessoas com deficiências físicas e psicologia, ou outras minorias das nossas sociedades. Após esta formação, cada organização participante retornou para os seus países com informação obtida e material para divulgação do projecto, com a missão de desenvolver actividades locais com o objectivo de difundir a informação adquirida, ao longo do curso, ou seja os participantes na formação seriam agora “multiplicadores” dos conhecimentos adquiridos no curso.

Esta formação ficou aquém do esperado, uma vez que havia grandes expectativas de obter informação importante que pudesse complementar os conhecimentos adquiridos no curso *online*, que consistiu numa preparação para esta actividade, ou mais informações sobre práticas discriminatórias na Europa para com imigrantes, e como resolver ou incentivar a não discriminação. Contudo, tal não se verificou plenamente, uma vez que a formação não foi tão abrangente como se esperava, tratando de problemas de discriminação perante imigrantes em geral, em vez disso focou-se, sobretudo, nos problemas da comunidade cigana romena, e desviou-se um pouco do tema central da formação, e do projecto em si. Embora, de certa forma, a

formação também tenha apresentado outras dimensões bastante enriquecedoras, como por exemplo, a análise bastante detalhada dos problemas enfrentados pela comunidade cigana no seio da sociedade romena. Foram debatidos, de uma forma sucinta, temas como direitos humanos, violência de género, dificuldade dos imigrantes no acesso à habitação, a educação, à saúde nos países de acolhimento.

III. 3.4 *Workshops* Locais Divulgação da Campanha Anti Discriminação

Outra actividade importante do projecto consistiu na organização de *workshops* locais, para consciencializar os jovens para as questões como discriminação contra imigrantes, inclusão social das minorias, e tolerância e solidariedade perante os grupos desfavorecidos e marginalizados nas sociedades.

Neste sentido, após a participação no curso de formação teve-se a responsabilidade de organizar estas actividades locais com o objectivo de divulgar a informação previamente obtida durante a formação, e sensibilizar os jovens para as temáticas do projecto. Estes *workshops* tiveram como principais tópicos a protecção dos direitos humanos dos imigrantes, debates sobre como combater discriminação contra imigrantes e tolerância perante diferentes culturas.

III. 3.4.1 *Workshop* durante o Programa “Live it Lisbon”

Os *workshops* locais decorreram nos períodos do programa “Live it Lisbon” da Associação Spin, sendo que o primeiro ocorreu a 3 de Julho de 2017, com 24 participantes, e o segundo a 26 de Agosto de 2017, com 19 participantes, tendo os dois uma duração de 3 horas cada, e decorreram em Lisboa, nas instalações da sede da Associação Spin.

A preparação dos *workshops*, englobou várias etapas, tendo começado desde o curso de formação, e posteriormente envolveu a organização e planeamento. Porém, foram sentidos diversos problemas de ordem organizacional, uma vez que não se possuía qualquer experiência no desenvolvimento de actividades deste género. Para a organização procedeu-se à elaboração de um plano de actividades através de pesquisa

de técnicas de educação não formal, foram feitas leituras alusivas às temáticas, em material bibliográfico e relatórios cedidos pela coordenadora do projecto: “COMPASS - A manual on human rights education with young people”; “Education Pack - All different, All Equal”; e “White Paper on Intercultural Dialogue - Living Together as Equals in Dignity”. As actividades seleccionadas para os *workshops* foram todas baseadas na educação não formal, uma vez que se considerou que esta seria a forma concreta de suscitar maior interesse por parte dos participantes, e, ao mesmo tempo, passar a informação de uma forma mais dinâmica. Foram seleccionadas actividades que tinham como propósito colocar os participantes em situação de discriminação, sem que estes se apercebessem, e posteriormente as actividades eram debatidas como se verificam essas mesmas situações na vida real. Ou seja, procurou-se realizar situações de experimentação social durante a realização destes *workshops*.

Ficou-se, igualmente, responsável pela organização de todo o material necessário para dinamização das actividades, bem como do material promocional do projecto trazido do curso de formação, e pela elaboração de certificados de participação e de listas de presenças.

No geral, pode-se afirmar que estas actividades conseguiram atingir os objectivos pretendidos, uma vez que o público, nas duas sessões realizadas, participou de uma forma muito activa, manifestando interesse pelas temáticas discutidas e ainda demonstrando intenções de transmitir para outros a informação adquirida ao longo das actividades. A realização destes *workshops* revelou-se verdadeiramente estimulante e desafiante, visto que representou a primeira vez que se desempenhou a função de facilitar uma actividade deste género.

III. 3.5 Visita de Estudo em Itália

Já perto do final do período de estágio, participou-se numa visita de estudo, entre 19 e 22 de Agosto de 2017, em Balestrate, Itália. Esta visita teve com objectivo dar a conhecer aos parceiros do projecto o programa de acolhimento de imigrantes/refugiados que se encontra em desenvolvimento naquela cidade, a partilha de informações sobre acolhimento e integração dos mesmos, na comunidade local. Esta etapa do projecto compreendeu uma visita a um do centro de acolhimento de imigrantes, em Balestrate, com o intuito de conhecer os especialistas envolvidos na protecção dos direitos civis dos

imigrantes e analisar como os órgãos do governo italiano enfrentam os problemas da imigração e quais são as boas práticas implementadas tendo em vista a não discriminação. Na visita estiveram presentes dois representantes de cada ONG parceira do projecto.

A visita compreendeu uma reunião com o Presidente da Câmara de Balestrate e outros órgãos de governo da cidade. Nesta reunião, foram apresentados os objectivos do projecto “We are all Equal” – combater a discriminação contra migrantes e incentivar a boas práticas que estimulem uma melhor integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento – aos organismos presentes, posteriormente, estes apresentaram como se procede o acolhimento de migrantes nos centros estabelecidos na cidade, os apoios financeiros e burocráticos dados aos utentes dos centros de acolhimento.

O centro de acolhimento escolhido para a visita era um centro apenas para imigrantes do sexo feminino, e tem acolhido imigrantes oriundos, sobretudo, da Nigéria, Marrocos, e Camarões. Nesta visita ao centro, pôde-se falar directamente com os responsáveis pela gestão do centro, com as utentes e perceber como decorre o dia-a-dia no centro, bem como as principais expectativas para o futuro. Esta visita ao centro apresentou-se como um momento muito importante para o projecto, onde se pôde trocar informação de uma forma mais directa, num registo mais informal, com as utentes do centro, e perceber alguns dos seus principais problemas, e como este projecto, através dos seus resultados, pode ajudar a colmatar esses problemas. Contudo, a visita não decorreu da melhor maneira, uma vez que houve certos problemas de comunicação devido a questões de diferenças de idiomas falados pelas partes presentes. Ainda assim, foi muito relevante a realização desta visita, pois pôde-se perceber a importância que estes centros podem ter na ajuda à melhorias das condições de vida dos imigrantes, pois estes centros, ainda que sejam de acolhimento temporário, são o único lugar onde podem chamar de casa.

Concluída a visita, após regresso a Portugal, de forma a transmitir toda a informação para a coordenadora do projecto na Associação Spin, realizou-se uma breve avaliação sobre como decorreu esta actividade, o impacto que esta visita pode ter para os objectivos do projecto, bem como a presença na visita.

Capítulo IV: Conclusões e Recomendações

O período de estágio na Associação SPIN para o Intercâmbio, Formação e Cooperação entre Povos constituiu um verdadeiro momento de aprendizagem, onde se pôde adquirir experiência profissional num contexto de trabalho real, tornando-se uma mais-valia para a formação académica, profissional e pessoal. Foi um momento onde se pôde aprender, experimentar e crescer profissionalmente, porque é na prática que se aprende o que se pode fazer, como se faz, e como não se faz.

Durante os seis meses de estágio houve a oportunidade de desempenhar funções de carácter profissional relevante para a instituição de acolhimento, contribuindo positivamente para os objectivos da Associação. Foram desenvolvidas diversas actividades únicas e enriquecedoras, abrindo novas perspectivas profissionais.

Das aprendizagens adquiridas práticas durante o período de estágio é de realçar a vantagem de grande parte da comunicação diária ter sido em inglês, ou em espanhol, uma vez que o contexto de trabalho envolvente era composto por pessoas de diferentes nacionalidades tornando-se num espaço verdadeiramente multicultural. Tendo possibilitado, assim, melhorias significativas em termos de competências linguísticas. As diversas apresentações que foram realizadas também tiveram um impacto positivo no que diz respeito à melhoria de comunicação, transmissões da mensagem e impacto nos outros, bem como o contacto diário com outras organizações, empresas, instituições públicas, pessoas singulares, os quais possibilitaram o desenvolvimento de alguma capacidade de comunicação. Também se sentiu algumas dificuldades no decorrer do estágio, pois nem sempre foi possível acompanhar o desenvolver de todas actividades, dado ao ritmo acelerado em que a Associação desenvolve a sua actividade. Porém, após o período de adaptação essa dificuldade foi rapidamente ultrapassada, e dada a estrutura da Associação foi possível desenvolver as tarefas de forma autónoma, contribuindo assim de forma positiva para o processo de aprendizagem. Conclui-se, portanto, que o estágio teve um impacto positivo para ambas as partes envolvidas, permitindo que fossem desenvolvidas novas capacidades que no futuro poderão possibilitar o desempenho de funções semelhantes com maior facilidade, bem como encarar novos desafios profissionais com maior confiança.

Sendo que um dos objectivos primordiais da Associação Spin é o de alargar as possibilidades de participação dos jovens portugueses em programas de mobilidade internacional, e assim contribuir para a formação dos mesmos, a Associação tem feito um excelente trabalho no sentido de promover a educação não formal através de diversas iniciativas como intercâmbios, seminários, cursos de formação, e Serviço Voluntário Europeu, ao abrigo do Programa Erasmus+.

No desenvolver do estágio teve-se a responsabilidade de realizar diversas tarefas no âmbito do Programa Erasmus+, com as quais pôde-se constatar a pertinência do Programa no contexto europeu. Participar no SVE, intercâmbios, e nos cursos de formação é gratuito e aberto a todos. O Erasmus+ cobre as despesas dos participantes, como a deslocação, estadia e seguro. Uma estadia no estrangeiro dota os jovens europeus de aptidões relevantes para o mercado de trabalho actual e melhora as suas perspectivas de uma carreira de sucesso. Acções educativas para a juventude desempenham um papel crucial na promoção da integração social, no reforço da compreensão intercultural e no desenvolvimento de um sentimento de pertença a uma comunidade. A participação nestes programas permite aos participantes adquirirem novas competências, aprenderem novas línguas, bem como descobrir novas culturas. Também há benefícios para as ONG's que promovem as iniciativas Erasmus+, essas acções impulsionam as instituições que trabalham neste domínio a inovarem, e melhoram a qualidade das mesmas. Portanto, o Programa Erasmus+ tem funcionado como um elemento impulsionador da construção europeia. Uma vez que, um quanto silenciosamente, tem de facto desenvolvido um papel muito pertinente na unificação europeia. Durante o período de estágio, trabalhou-se com muitos participantes das várias acções dentro do Erasmus+, e pôde-se constatar que a maioria, após a participação nesses programas, afirma que o sentimento de pertença a UE é muito maior, fazendo-os sentir cidadãos europeus.

IV.1. Migração Internacional e Integração de Imigrantes

A migração internacional representa vários desafios para as sociedades. É necessário estudar os desafios da migração e as suas implicações para o desenvolvimento, a nível global. A cooperação internacional é fulcral para garantir a fiscalização e controlo da migração, permitindo assim uma migração segura, ordenada e

regular, bem como o respeito pelos direitos humanos e o tratamento humanos dos migrantes e dos refugiados.

No contexto europeu, a Europa apresenta-se como o primeiro destino de acolhimento dos migrantes internacionais. E a maior percentagem dessa migração estabelece-se na UE, portanto, a migração é um objecto de preocupação política na Agenda da União, onde a actual crise migratória se apresenta como um dos grandes desafios. A UE tem desenvolvido várias iniciativas no sentido de lidar com os desafios impostos pela migração. A integração dos imigrantes e a luta contra a discriminação, racismo e xenofobia apresentam-se entre os objectivos da política de imigração da União.

Portugal é simultaneamente, país de destino e de origem das migrações internacionais. No que se refere à imigração, nos últimos anos, os fluxos de entrada no país têm assistido a várias alterações, caracterizando-se pela diversificação das origens geográficas e pela alteração dos perfis de entradas. Actualmente, a imigração para o país é caracterizada sobretudo por razões de estudo e reunificação familiar. Também se verificou que a imigração para o país tem apresentado um decréscimo nos últimos anos. Contudo, o país ainda é procurado por um considerável número de cidadãos estrangeiros, e a coexistência das duas dinâmicas, de emigração e de imigração, representa grandes desafios para o país. No entanto, Portugal tem conseguido dar resposta aos desafios impostos pela imigração, procurando desenvolver políticas que estimulem a integração dos imigrantes, tendo ficado em segundo lugar no *ranking* dos países com melhor políticas de integração. O mesmo *ranking* classifica Portugal como o país da Europa do Sul com a melhor legislação contra a discriminação étnica, racial, e religiosa e promoção da igualdade.

Apesar dos bons resultados em termos de política de integração, Portugal ainda apresenta níveis consideráveis de discriminação para com alguns grupos de imigrantes, como por exemplo para com imigrantes oriundos de países africanos e seus descendentes. Ainda há muito trabalho a ser desenvolvido, como por exemplo informar a sociedade portuguesa sobre a imigração. Há que se sensibilizar a opinião pública para os factos verdadeiros sobre a imigração. Por exemplo, os meios de comunicação social ao invés de darem foco apenas notícias sobre a criminalidade cometida pelos imigrantes poderiam, igualmente, informar a população com dados positivos sobre a imigração em geral, para que fossem desmontados preconceitos e mitos. É fundamental reforçar a

prevenção e luta contra a discriminação racial, sobretudo, no contexto de trabalho e na educação, dar as mesmas oportunidades aos estudantes imigrantes. Portanto, há que se envolver todos os membros da sociedade civil neste sentido. E as ONG's desempenham aqui um papel essencial. Por isso, o projecto “We are all Equal” desenvolvido pela Associação Spin, em conjunto com os parceiros internacionais, pode trazer resultados significativos que ajudem as autoridades, quer as portuguesas quer as dos outros países parceiros, a identificar quais as áreas de integração de imigrantes que ainda estão a precisar de ser trabalhadas de forma a combater a discriminação contra estes.

IV.2. Recomendações

A colaboração no projecto “We are all Equal”, representou um momento único de aprendizagem e crescimento a nível profissional, onde se pôde aprender, conhecer novas abordagens de trabalho e desenvolver novas competências. No desenvolver do projecto recebeu-se formação, mas também se actuou enquanto multiplicador de práticas anti discriminatórias a nível local.

Até ao momento final do estágio o projecto ainda se encontrava em desenvolvimento, contando com ainda mais 4 meses de actividades. Tudo indica que os objectivos do projecto serão alcançados através da realização de um *website* onde serão divulgadas as medidas de boas práticas difundidas e debatidas durante o desenvolvimento do mesmo, como forma de informar e sensibilizar as autoridades públicas, as entidades empregadoras, o público em geral e os imigrantes em matérias de direitos humanos e a discriminação.

Houve alguns aspectos que poderiam ter corrido melhor no sentido de se atingir os objectivos do projecto. Deste modo, são feitas aqui algumas breves recomendações para futuros projectos:

- Maior aposta em conteúdo teórico e informativo, é necessário que projectos deste género desenvolvam actividades que forneçam aos parceiros conteúdo teórico e prático sobre a temática em questão. Através de formações, sessões de esclarecimentos, debates, entre outras actividades, onde os formadores detenham competências comprovadas e experiência na área de trabalho em desenvolvimento.

- Quando se trabalha o tema da discriminação, em especial, não direccionar toda a atenção para acções sobre como combater a discriminação, mas sim acções que informem aos cidadãos que não há motivos para discriminar. Ou seja, desenvolver campanhas que tenham por finalidade o combate à discriminação, mas numa abordagem que ponha todos os intervenientes da sociedade em pé de igualdade social, demonstrando que quer imigrantes quer nativos de um país devem ter os mesmos direitos.
- Mais cuidado com as partes envolvidas no desenvolvimento das actividades. Por exemplo, quando se tem a oportunidade de trabalhar, ou até de realizar pesquisas com as partes afectadas pela problemática em questão, deve-se ter um certo cuidado para não tratar as pessoas apenas como objecto de pesquisa para atingir um objectivo.
- Definição concreta dos prazos e das actividades que englobem o projecto. Delinear os objectivos de cada actividade, o que se vai fazer, o que se pretende retirar da actividade, e direccionar esforços no sentido de alcançar esses objectivos. Durante a realização das actividades do projecto “We are all Equal”, algumas actividades não tiveram o efeito desejado, tendo ficado muito aquém das expectativas muito devido à falta de planeamento e organização.
- Troca de informação e de experiência mais efectiva entre as partes interessadas. Maior cooperação entre as organizações parceiras e a organização coordenadora do projecto. É da responsabilidade da organização coordenadora incentivar todas as partes envolvidas a desempenhar um papel activo no decorrer das actividades.

Em suma, o estágio foi sem dúvida uma oportunidade única para contribuir para o trabalho notável desenvolvido pela Associação Spin. Conclui-se que é essencial estudar e encontrar meios para uma gestão eficaz da migração internacional, visto que migração mal gerida pode ser potenciadora de conflitos entre a sociedade receptora e a comunidade de imigrantes, podendo representar um problema de várias dimensões para toda a comunidade internacional. É de lembrar que é bom sinal quando um país consegue atrair imigrantes, pois significa que é economicamente atractivo, portanto, as migrações constituem um desafio para as sociedades, mas também uma oportunidade. Quando bem geridas em articulação com políticas apropriadas que estimulem a integração dos migrantes, as migrações internacionais podem traduzir em impactos positivos tanto para os países de acolhimento, como os países de origem dos imigrantes.

Referências Bibliográficas

ALTO-COMISSÁRIO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. – Plano Estratégico para as Migrações. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195

COMISSÃO EUROPEIA – Erasmus+ Programme Annual Report 2014. [Consultado em: 23 de Maio de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/erasmus-plus-annual-report_en.pdf,

COMISSÃO EUROPEIA – European Voluntary Service Charter. [Consultado em: 4 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/erasmusplus/files/library//evs-charter_en.pdf

COMISSÃO EUROPEIA, Migration and Home Affairs – EWSI: Immigration Housing in Europe. [Consultado em: 9 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/migrant-integration/intdossier/ewsi-analysis-immigrant-housing-in-europe>

COMISSÃO EUROPEIA – Action Plan on the integration of third country nationals. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20160607/communication_action_plan_integration_third-country_nationals_en.pdf

COMISSÃO EUROPEIA – Europe for Citizens Programme. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/citizenship-programme_en

COMISSÃO EUROPEIA – Agenda Europeia da Migração. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52015DC0240&from=PT>

COMUNIDADES PORTUGUESAS – Relatório da Emigração 2015. [Consultado em: 11 de Setembro de 2017]. Disponível em: https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Destaques/Relatorio_Emigracao_Portuguesa_2015.pdf , pp.30-39

CONSELHO DA EUROPA, Ministros dos Negócios Estrangeiros do, – White Paper on Intercultural Dialogue: Living Together as Equals in Dignity. [Consultado em: 19 de Junho de 2017]. Disponível em: https://www.coe.int/t/dg4/intercultural/source/white%20paper_final_revised_en.pdf pp.8-16

DIÁRIO DA RÉPUBLICA – Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.programaescolhas.pt/index.php/ cf/367994>

DIÁRIO DA RÉPUBLICA – Portaria n.º203/2016 de 25 de Julho. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/75025066>

DIÁRIO DA RÉPUBLICA – Lei n.º 93/2017 de 23 de Agosto. [Consultado em: 11 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/108039214>

EUR-LEX, Jornal Oficial da União Europeia – Regulamento (UE) N.º390/2014 Do Conselho de 14 de Abril de 2014 que institui o programa “Europa para os Cidadãos” para o período de 2014-2020. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0390&from=EN>

EUR-LEX – Declaração de Barcelona. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Ar15001>

EUR-LEX – Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Ajl0038>

EUR-LEX – Programa de Estocolmo. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:jl0034&from=PT>

EURODESK – About Us. [Consultado em: 6 de Agosto de 2017]. Disponível em: <https://eurodesk.eu/about-us>

EUROSTAT – Migration and Migrant Population Statistics. [Consultado em: 8 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics

FONSECA, Maria Lucinda – «Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas» Conferência efectuada no I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

HENRIQUES, Joana Gorjão – Há uma preferência “óbvia” dos senhorios em arrendarem casa a brancos. Jornal Público. [Consultado em: 6 de Setembro de 2017]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/26/sociedade/noticia/ha-uma-preferencia-obvia-dos-senhorios-alugarem-casa-a-brancos-1782904>

HUDDLESTON, Thomas, [et. al.] – Using EU indicators of immigrant integration. Final Report for Directorate-General for Home Affairs. Bruxelas: Comissão Europeia, 2013

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL – EURES. [Consultado em: 6 de Agosto de 2017]. Disponível em: <https://www.iefp.pt/eures>

MIPEX – Migration Integration Policy Index 2015. [Consultado em: 10 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.mipex.eu/portugal>

NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs – International Migration Report 2015 Highlights. [Consultado em: 7 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf

OCDE/UE – Indicators of Immigrant Integration 2015: Setting In. [Consultado em: 9 de Setembro de 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264234024-en>

OLIVEIRA, Catarina Reis de e GOMES, Natália – Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2016. 1ªed. Lisboa: Observatório das Migrações, 2016

PADILLA, Beatriz e ORTIZ, Alejandra – «Fluxos Migratórios em Portugal: do Boom Migratório à Desaceleração no Contexto de Crise. Balanços e Desafios». In Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana.s.l.vol.20, n.39, 2012, pp.159-184

PIRES, Rui Pena, [et. al.] – Introdução. In Portugal Atlas das Migrações Internacionais. Lisboa: Tinta da China, 2010. pp.15-17

RODRIGUES, Teresa Ferreira – Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal. IDN Cadernos 2010. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_2.pdf, pp.21-45

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS – Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo 2014. [Consultado em: 13 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf

SPIN, Associação – Hostel Social. [Consultado em: 2 de Fevereiro de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/hostel/?page_id=12

SPIN, Associação – Live it Lisbon! – Summer Volunteer Programme. [Consultado em: 8 de Fevereiro de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=1837

SPIN, Associação – Apresentação. [Consultado em: 20 de Maio de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=12

SPIN, Associação – Estatutos actualizados da Associação Spin. [Consultado em: 20 de Maio de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/wp-content/uploads/2013/11/2013_08_29-Estatutos-atualizados-Spin-1.pdf

SPIN, Associação – Carta de Valores e Princípios de Actuação. [Consultado em: 20 de Maio de 2017]. Disponível em: <http://www.a-spin.pt/wp-content/uploads/2013/11/cartavalores.pdf>

SPIN, Associação – Relatório de Actividades e Contas 2012. [Consultado em: 27 de Julho de 2017]. Disponível em: <http://a-spin.pt/relatorios/RelatorioActividadesContas2012.pdf>

SPIN, Associação – Serviço Voluntário Europeu. [Consultado em: 4 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=56

SPIN, Associação – Intercâmbios Juvenis. [Consultado em: 5 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=54

SPIN, Associação – Cursos de Formação. [Consultado em: 5 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=52

SPIN, Associação – Informação Juvenil. [Consultado em: 6 de Agosto de 2017]. Disponível em: http://www.a-spin.pt/?page_id=70

SPIN, Associação – Eurodesk: Novo Serviço da Spin para os Jovens. [Consultado em: 6 de Agosto de 2017]. Disponível em: <http://www.a-spin.pt/?p=3459>

UNIÃO EUROPEIA, Conselho da – Press Release. Justice and Home Affairs. [Consultado em: 14 de Setembro de 2017]. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/jha/82745.pdf#zoom=100 pp.15-25